



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 069

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 069

58ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Grande Expediente:	
Homenagem à APACN e FEPE	03
Oradores:	
Sra. Mariza Del Claro	
Presidente APACN	03
Sr. José Alcides da Silva	
Presidente FEPE.....	04
Entrega dos Troféus	04
Encerramento da Homenagem.....	04
Reabertura da Sessão.....	05
Expediente	
Designação.....	05
Requerimentos	05
Projetos de Lei	13
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	16
Dep. Elza Correia.....	16
Dep. Tadeu Veneri.....	17
Dep. José Domingos Scarpellini....	17
Dep. Jocelito Canto.....	18
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PTB/PL/PMR	
Dep. Jocelito Canto	19
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini20	
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	21
Liderança do PT	
Dep. André Vargas	23
Liderança do PMDB	
Dep. Elza Correia.....	24
Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	26
Liderança do Governo	
Dep. Elza Correia.....	25
Liderança da Oposição	

Dep. Valdir Rossoni27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente28

Discussão / Votação:

3ª Discussão (Votação em).....29

2ª Discussão (Votação em).....29

1ª Discussão (Votação em).....30

1ª Discussão

Discussão Única (Proposições)..31

Requerimentos

Encerramento da Sessão32

DIÁRIO Nº 069

58ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Padre Paulo Campos.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior,

Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Duílio Genari, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Justus e Plauto Miró Guimarães (09); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Grande Expediente:

Nosso Grande Expediente será antecipado para homenagear a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e à Associação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

Oradores

De imediato, vamos conceder a palavra à Sra. Mariza Del Claro - Presidente da Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia - ganhadora do Prêmio Bem Eficiente 2006. Mas, antes, não poderíamos deixar de realçar a presença da Sra. Fani Lerner, nossa amiga, que fez um grande trabalho por este Estado. As nossas boas-vindas a esta Casa. Cumprimentar também o Dr. Giovanni Loddó, que é Diretor-Chefe do Hospital de Clínicas, que não atende só o nosso Estado, atende outros estados e, inclusive, de outros países. Nossas boas-vindas. José Alcides, nosso amigo, nosso companheiro de longa data e todos aqueles que realmente - está conosco o nosso companheiro Borges, - prestam um trabalho excepcional às nossas escolas especiais.

Com a palavra a Sra. Mariza Del Claro.

Sra. Mariza Del Claro - Presidente da APACN

A SRA. MARIZA DEL CLARO

(Lê):

“Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão e demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados. Boa tarde a todos e a todas.

O prêmio Bem Eficiente é uma premiação restrita a entidades sem fins lucrativos que ajudam ao próximo diretamente. E é na ajuda diretamente à criança com câncer que a APACN, Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia apresenta suas melhores qualida-

des como: determinação, transparência, trabalho em equipe, humanização, dedicação e amor.

Esse prêmio é outorgado pelo Kantiz & Associados para as cinquenta entidades mais bem administradas do país.

A APACN foi fundada em 1983 a partir de um gesto de solidariedade de médicos e vários casais com filhos portadores de algum tipo de câncer. A iniciativa foi a primeira do Brasil e hoje guarda uma história de quase 24 anos.

A APACN é uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos e é considerada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal.

Nossa missão é a humanização do tratamento do câncer infantil, fazendo com que todas as crianças portadoras da doença tenham o direito ao tratamento, independente do nível socioeconômico, cultural ou crença religiosa.

Atualmente a APACN conta com mais de trezentos voluntários que doam sua atenção, seu amor para transferir um espírito de assistência no tratamento, proporcionando a qualquer criança com câncer os subsídios necessários para a cura e sua qualidade de vida.

A Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia e a Fundação Ecumênica, além de serem as únicas do Sul do Brasil a receberem o Prêmio Bem Eficiente, as duas entidades são também tricampeãs nesta premiação. Ambas, agora, estão na lista das cinquenta melhores entidades dos últimos dez anos.

Receber esse prêmio pela terceira vez nos traz muita alegria porque há o reconhecimento da eficiência, responsabilidade e transparência do trabalho que nós, voluntários e profissionais, desenvolvemos.

Este prêmio é de todos os voluntários e profissionais que ao longo de 23 anos de APACN colocaram o cuidado para com a criança com câncer à frente de interesses individuais.

Agradecemos a Deus em estar sempre ao nosso lado. Agradecemos também à iniciativa do Deputado Hermas Brandão em realizar esta homenagem a nós da APACN e da Fundação Ecumênica. Nossas crianças e seus familiares enviam um agradecimento especial.

Obrigada”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero dar as boas-vindas em nome deste Parlamento à Sra. Mariza de Jesus do Prado Silva, coordenadora de atendimento às entidades sociais.

Nesse momento, assistiremos ao vídeo institucional da Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia.

(É feita a apresentação do vídeo)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. José Alcides M. da Silva, Presidente da Fundação Ecumênica

de Proteção ao Excepcional, também ganhadora do prêmio Bem Eficiência - 2006.

O Sr. José Alcides da Silva - Presidente da FEPE

O SR. JOSÉ ALCIDES DA SILVA

Boa tarde a todos. Quero saudar primeiramente o nosso grande amigo benfeitor da Fundação Ecumênica, Deputado Hermas Brandão - Presidente desta Casa, também à Deputada Elza Correia - 1ª Secretária, Deputado Padre Paulo Campos, também nosso amigo e 2º Secretário, cumprimentar também a todos os Deputados que vieram prestigiar essa solenidade.

Agradecendo primeiramente o convite para usarmos o Grande Expediente, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, gostaria, além de apresentar um pouco da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, falar também um pouco do prêmio Bem Eficiente, sobretudo o que representa para nós, recebermos por três vezes essa honraria.

Senhoras e senhores: esse prêmio é conhecido em todo o Brasil e é tido, segundo os seus organizadores, como a premiação mais citada das páginas da Internet. Muitos consideram até o Oscar da Filantropia no Brasil: ele parabeniza o bem, reconhece o correto, ressalta o bem feito, evidencia o que é transparente e destaca a entidade, principalmente para servir de exemplo.

Por isso, consideramos que ele faz com que se fique mais preocupado ainda pela nossa responsabilidade de ser exemplo. Responsabilidade pela atitude, desde a compra de um equipamento, a contratação de um funcionário, da aprovação de um projeto até a responsabilidade sobre o lanche que damos aos nossos alunos, aos nossos pacientes. Afinal, como APACN, a Fundação Ecumênica é bem eficiente, porque conta com muitos colaboradores, voluntários, apoiadores e doadores eficientes, como é o caso do nosso benfeitor, Deputado Hermas Brandão.

Não é segredo para ninguém que a Fundação Ecumênica se tornou grande e é hoje uma das maiores instituições do país, a maior no Paraná para o atendimento da pessoa com deficiência, e isso tudo porque tem como carro-chefe o teste do pezinho.

Esse teste já beneficiou mais de dois milhões e meio de recém-nascidos neste Estado. Mas vejam! O teste do pezinho foi contemplado pelo SUS a partir de 1991, ou seja, só há quinze anos ele paga para ser realizado o teste! Por isso, muita gente que está aqui fala: eu não fiz o teste do pezinho ou o meu filho mais velho não fez, mas o caçula já fez.

Uma coisa interessante, Deputado Hermas Brandão: somente em 2001, há cinco anos atrás, exatamente no dia 06.06.2001, o Ministério da Saúde regulamentou o teste do pezinho, através de uma Portaria que criou o Programa Nacional de Triagem Neonatal. Portaria nº 822, de 06 de junho de 2001.

Hoje o Paraná realiza o teste para cinco doenças, quatro que o SUS paga e uma que é bancada pela própria Fundação Ecumênica. Vocês sabiam que há Estado no país que não realiza o teste do pezinho? Não falando mal, mas o Piauí começou a fazê-lo no ano passado. E só faz para duas doenças. A maioria dos estados só faz para duas doenças.

Por que estamos na frente? Porque hoje tem uma cobertura, aqui no Paraná, de 100% dos nascidos vivos. Porque esta Casa aprovou em 1987, a Lei Estadual 8627, já obrigando a realização do teste do pezinho em todos os recém-nascidos no território paranaense, tendo como base o projeto iniciado pela Fundação Ecumênica, em 1974.

Assim, Sr. Presidente, consideramos que este prêmio também pertence a esta Casa que soube sair à frente, acreditou no ideal e na idéia da FEPE. Não podemos, portanto, dizer que ganhamos sozinhos este honroso reconhecimento nacional, pois quem ganha é o Paraná, como todos nós paranaenses.

Agradecemos a todos por contribuir conosco nessa missão. A FEPE tem uma história que começou antes de mim e que certamente irá muito além de todos nós, mas virão aqueles que serão responsáveis pelo seu futuro, a quem peço a Deus que os ilumine também, para que este e outros tantos prêmios sejam conquistados muitas vezes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Neste momento assistiremos a um vídeo institucional da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

(Apresentação de Slides)

Entrega de Troféus

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa de Leis não poderia de deixar de homenagear às entidades ganhadoras do Prêmio Bem Eficiente 2006, a Associação Paranaense de Apoio às Crianças com Neoplasia e à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

Convido aos Presidente da Entidade, Sra. Marisa del Claro e Sr. José Alcides Marcon da Silva, para receberem o símbolo maior do nosso Estado, a escultura Pinhão de Outro.

Esta Casa também quer fazer uma homenagem à Srs. Fanny Lerner, que nos prestigia com sua visita, hoje, para que faça a entrega dos troféus.

(É feita a entrega dos troféus)

Encerramento da Homenagem:

Para encerrar a presente homenagem, esta Presidência deseja agradecer à presença de todos, das entida-

des agraciadas, pelo maravilhoso trabalho realizado em benefício da sociedade paranaense.

Suspendo a Sessão para os cumprimentos.

(Está suspensa a Sessão)

Reabertura da Sessão

Reaberta a Sessão, sob a presidência do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariada pela Deputada Cida Borghetti e pelo Deputado Carlos Simões, passando à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

A SRA. SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Marcos Isfer para representar esta Casa de Leis no evento da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro nos dias 19 e 20 de junho na cidade do Rio de Janeiro.

Curitiba, 12.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º e 2º Secretário

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 235/06, de minha autoria, que dispõe sobre a vida útil de veículo utilizado na execução de serviços especiais de fretamento.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino e Nelson Garcia, que dispõe sobre a idade máxima permitida para veículos de transporte coletivo, utilizados na execução de serviços regulares e especiais de fretamento.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1530

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 693/05, item 03, por 03 sessões.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada da pauta da presente Sessão Ordinária, do veto apostado ao Projeto de Lei nº 206/05, Discussão Única da Proposição nº 044/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, por três Sessões.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ARLETE CARAMÊS

REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa da ausência para o Deputado Reni Pereira, nas Sessões dos dias 12 e 13 do mês corrente, para participar de reunião com agricultores para tratar de assuntos referentes à crise na agricultura, na região Oeste do Estado.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26 de julho, para homenagear os 45 anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a participação especial no Grande

Expediente da Sessão Ordinária do dia 20/06/06, terça-feira, para as Comemorações do Dia do Imigrante Japônês, comemorado no dia 18/06, conforme Lei nº 14.434/04.

Justifica o presente, no contido na Lei nº 14.434, de 23 de junho de 2004, homenageando a laboriosa colônia japonesa que se prepara para as comemorações do IMIN - 2008, data do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1527

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa todo apoio institucional e também que o Plenário do Centro Legislativo Anibal Khury seja reservado dia 08 de agosto, terça-feira, a partir das 17 horas, para a realização de Sessão Solene comemorativa aos cinquenta anos da Faculdade Católica de Direito do Paraná - atual curso de Direito da PUC/PR.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O curso de Direito da PUC/PR, está entre os primeiros do Sul do Brasil. Iniciou em 2 de julho de 1956, pelas mãos da congregação jesuíta, que quando da fundação da Universidade Católica do Paraná, em 1959, fundiu-se com as demais faculdades de Serviço Social, Medicina, Enfermagem, Filosofia, e ao CEB.

Comemorar os cinquenta anos dessa escola de Direito é memorar parte importante do bacharelismo paranaense, que se faz necessário em tempos onde a história é quase que totalmente esquecida.

REQUERIMENTO Nº 1524

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa todo apoio institucional e também que o Plenário do Centro Legislativo Anibal Khury seja reservado dia 15 de agosto, terça-feira, às 17 horas, para a realização de Sessão Solene em homenagem à entrega do título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná à Juíza Joeci Machado Camargo.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pela Juíza Joeci Machado Camargo a fazem merecedora de tamanha homenagem.

Ao instituir, com esforço pessoal, o programa Justiça Para Todos, a homenageada tornou o Paraná referência na prestação célere e popular da Justiça. Seu extenso *curriculum*, endossa a razão da solenidade para a entrega do título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Roberto Venturini.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da discisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar à família do Sr. Dionísio Carletto, pelo seu falecimento ocorrido na data de hoje, 12 de junho de 2006, no município de Verê-PR.

Do aprovado, requer ainda, seja enviada cópia à família enlutada externando nossas sinceras condolências no endereço: Av. Luiz Francisco Paggi, 720 - CEP: 85.585-000 - Verê-PR.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do Sr. Dionísio Carletto, nesta data, no município de Verê. Deixa viúva a Sra. Dalésia Carletto, os filhos Renato, Romeu e Rose, e três netos.

Pioneiro no município, o Sr. Dionísio trabalhava no ramo do comércio. Pessoa de grande carisma e entrosamento com a comunidade, homem simples e trabalhador, nesta hora deixa aos familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparável.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo, a lembrança de homem honesto e pai exemplar, em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 1518

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Fiori Gigliotti, ocorrido dia 07 de junho de 2006, aos 77 anos de idade, na cidade de São Paulo, onde morava e trabalhava; reconhecido como maior de todos os locutores esportivos e pioneiro do rádio.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento do “Senhor do Rádio” Fiori Gigliotti, e une-se à sociedade paulista nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoimento:

Luiz Carlos Martins

JUSTIFICATIVA:

Fecham-se as cortinas! Um profundo silêncio nos Estádios! Fiori Gigliotti morreu!

Senhoras e Senhores! Peço um minuto de silêncio!

É com profunda tristeza que me dirijo a esta Casa, para solicitar este voto de profundo pesar.

Amanhã, quando o Brasil iniciar a Copa, quando a Seleção Canarinho adentrar o gramado da Alemanha para mais uma conquista rumo ao hexa campeonato, uma grande ausência estará presente. Fiori Gigliotti, o poeta da bola, o homem que criou a linguagem do futebol que conhecemos, que inflou nossos corações de paixão e de orgulho quando disse que éramos os melhores do mundo, e nos fez acreditar nisso porque ele acreditava, não estará em campo, aos microfones, em nossas casas, para narrar mais um grande espetáculo. Ele nos deixou na última quarta-feira, dia 07, e vai ficar para todo o sempre guardado em nossos corações.

Tinha o nome de flor e uma alegria contagiante. Fiori Gigliotti em italiano quer dizer “flor de Lírio” ou “flor de Liz”; um filho de imigrantes italianos, nascido em Barra Bonita, Estado de São Paulo, onde até mesmo o Rio Tietê corre límpido e bonito e os canaviais deixam no ar um cheiro doce de açúcar e afeto.

Foi pioneiro, professor dos mais populares locutores esportivos. Tratava a todos com carinho e respeito e todo repórter ou comentarista esportivo sentia prazer em ficar ao seu lado. Fiori era assim: exigia respeito e queria a profissão respeitada e melhores condições de trabalho para todos; defendia os companheiros. Fez todos crescerem junto com ele.

Era assim também, com o mesmo afeto que via uma partida de futebol.

Quem não se lembra da famosa entrada de Fiori?

“Caríssimos senhores e senhoras! Carinhosamente boa-tarde! Iniciamos mais uma transmissão de uma partida de futebol... Abrem-se as cortinas e começa o espetáculo!!!”

Foi, sem dúvida, o mais criativo narrador esportivo; o resto foi locutor de rádio. Colocava toda a sua criatividade narrativa a serviço do ouvinte buscando a sua imaginação. Cada qual visualizava na narração de febre, o jogo que “assistia” pelo rádio. Quantas vezes senhoras e senhores, sofria ao ver que o temível Santos, de Pelé, com suas tabelinhas como Coutinho, chegando com perigo à área do meu Corinthians. Era sempre “mais um sufoco da fiel torcida”. E era assim também com as demais torcidas, inclusive a sua palmeirense de coração. Fiori Gigliotti esquentou o rádio e aqueceu corações,

criou ídolos e inventou emoções. Quem não se lembra dessas pérolas do rádio:

“Abrem-se as cortinas e começa o espetáculo, torcida brasileira”.

“O tempo passa”, quando os jogadores estavam enrolando.

“Agüenta, coração” para as cobranças de faltas perigosas ou penalidade máxima.

“Gol! Gooooo! Uma beleza de gol” repetindo várias vezes de maneira emocionante o nome do jogador.

“É fogo... torcida brasileira” quando parecia querer influenciar e mudar o placar e não conseguia.

Alegre inspirador da Rádio Camanducaia, um programa esportivo de humor, ou os emocionantes “As grandes reprises do futebol” e, “Cantinho de Saudades”, Fiori começou a trabalhar ainda muito jovem na Rádio Bandeirantes, passou pela Tupi, Panamericana - a Jovem Pan -, Rádio Record e atualmente estava na Rádio Capital. Além do futebol, tinha três paixões: a esposa Adelaide, os filhos Marcos e Marcelo, e os filhotes, seus cães, os melhores amigos. Era assim que Fiori definia seus amores. A família, os animais e a bola, sempre inseparáveis.

Estive com ele várias vezes e pude dizer-lhe o quanto o admirava e quanto era importante, para mim e para minha geração, dos que moram no Norte do Estado, onde o futebol paulista tem muita influência, a beleza do seu trabalho, o seu talento e a sua emoção. Realizou a cobertura de dez Copas do Mundo, um recorde do rádio, milhares de jogos de futebol, foi incomparável como *speaker* de rádio, inigualável, insuperável, insubstituível. Vai ser inesquecível.

Senhoras e Senhores!!!

Fecham-se as cortinas e termina o espetáculo. Amanhã não haverá Fiori Gigliotti, com certeza estará num cantinho do céu, torcendo pela “seleção canarinho”, mas, parafraseando o próprio, ele “vai ficar para todo o sempre, guardado em nosso cantinho de saudade...”

REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Eduardo Brudzinski e Terezinha Janoski Brudzinski, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Conceição de Souza Paulino.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.06.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Manoel Luiz Alves Nunes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.06.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Leandro Camparoti.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.06.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Fernando Madureira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.06.2006.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1586

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de moção de apoio ao movimento e às reivindicações do Incra, objetivando a inclusão do mesmo na relação dos órgãos públicos contemplados com ações de reestruturação de suas carreiras no atual exercício do Governo.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

1 - O Incra no Paraná, tem como meta assentar aproximadamente 11.000 (onze mil) famílias acampadas debaixo de lonas pretas, em várias regiões do Estado, atender às necessidades gerais de cerca de 18.000 (dezoito mil) famílias assentadas, envolvendo mais de 280 (duzentos e oitenta) projetos de assentamentos;

2 - No Paraná existem cerca de 150 servidores, sendo em torno de 110 em Curitiba, 20 na UAP (Unidade Avançada Paraná, em Cascavel) e 20 na UAI (Unidade Avançada Iguazu, em Francisco Beltrão). Cerca de 60% destes servidores trabalham a campo na atividade-fim;

3 - Em nível nacional, o Incra atende cerca de 500.000 (quinhentas mil) famílias, em mais de 5.000 (cinco mil) projetos de assentamentos. Tem hoje cerca de 6.000 servidores, situados em trinta Superintendências Regionais (SR's) e em setenta Unidades Avançadas (UA's);

4 - Atende à regularização fundiária da faixa de fronteira (faixa de 150 km da fronteira), que envolve cerca de cem municípios do Paraná em torno de 90.000 propriedades (a maioria de pequenas propriedades);

5 - Execução do Cadastro Rural - SNCR (Sistema de Cadastro Rural) com emissão do CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.

6 - Trabalho em Comunidades Quilombolas: Identificação e reconhecimento destas comunidades; regularização destas áreas; apoio às famílias; etc. No Paraná já foi levantada a existência de cerca de cem comunidades quilombolas;

7 - Conforme a exigência da Lei Federal nº 10.267/01, o Incra está responsável pela execução do georreferenciamento de todas as propriedades rurais do país;

8 - Quanto ao problema de falta de estrutura do Incra, existe uma perspectiva de que cerca de 1/3 dos atuais servidores estarão aptos à aposentadoria nos próximos dois anos, dificultando ainda mais a situação de trabalho.

9 - Em 1994, o Incra possuía cerca de 10.000 (dez mil) servidores no país. Em 2004, foi feito um concurso público para repor 360 cargos que já estavam vagos (dos atuais 6.000 servidores). No Paraná entraram apenas dez servidores em 2004. Em janeiro/05 foram liberados 4.500 novas vagas para todo país (para repor antiga estrutura de cerca de 10.000 servidores). Em dezembro/05 foi feito Concurso Público para só 1.300 vagas, mas só foram contratadas até o momento cerca de 460 servidores no país (No Paraná existe a previsão de repor trinta vagas, mas só foram contratados mais dez servidores em 2006).

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado Roberto Requião e à Fundepar - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, Diretora-Presidente, Sandra Berenice Ferrari Turra, solicitando dos mesmos a cobertura da quarta esportiva do Colégio Estadual Vercindes Gerotto dos Reis, no município de Paiçandu.

Trata-se de reivindicação da comunidade escolar que mobilizou e formulou um abaixo-assinado.

Segue, ainda, correspondência da aluna Anadir Peral, endereçada ao Governador do Estado, colocando a difícil situação dos alunos do Colégio que ficam sem atividades físicas em dias de chuva.

A participação dos alunos nessa reivindicação é também exercício de cidadania, quando os alunos estudam em que medida o Poder Público deve contribuir para o bem-estar social.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção e implantação de um Centro de Saúde Básica de atendimento integral à mulher e à criança, no município de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Sr. Valter Richter (Alto Piquiri-PR - CEP: 87.580-000), bem como para o

Presidente da Câmara Municipal, Vereador Edivaldo Nunes da Silva (Câmara Municipal - CEP: 87.580-000).

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Piquiri, no extremo Noroeste do Estado, já foi conhecido como a Capital do Algodão. Experimentou, por um longo tempo, um surto de progresso na área agrícola e, com a derrocada desta cultura, ressentiu-se por ter ficado com o ônus social de um exército de bóias-frias, economicamente desamparados, que necessitam desmedida atenção em áreas sociais, sendo a mais necessária a de saúde.

Um posto de saúde, localizado no outro extremo da cidade, atenderia uma parcela considerável de habitantes, principalmente os braçais, atendendo de maneira rápida e objetiva.

Uma alimentação deficiente causa baixa resistência, ocasionando doenças e até um relativo número de mortalidade infantil. A construção e instalação de mais um posto de saúde, na área residencial desta população, possibilitaria o melhor atendimento, falaria a entrega do leite oferecido pelo nosso Governo Estadual, com a possibilidade de oferecer cursos de prevenção e cuidados pré e pós-natal, evitando a generalização de doenças e endemias.

No posto de saúde existente são geradas quase três mil consultas por mês, ocasionando um atendimento que não se torna precário pelo esforço da equipe de funcionários e a construção e instalação desse posto que solicitamos, seria uma excelência de atendimento.

REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes e Diretor-Geral do Departamento de Estradas e Rodagens - DER, onde solicita a instalação de 02 lombadas na BR-116, na entrada da cidade de Campo do Tenente, Estado do Paraná;

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é de suma importância, haja vista o grande número de acidentes inclusive com vítimas fatais, necessitando com urgência de lombadas para proporcionar assim maior segurança para a população e para os veículos que transitarem pela referida BR.

REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao 9º Distrito Rodoviário Federal do Denit em Curitiba,

onde solicita a instalação de 02 lombadas na BR-116 na entrada da cidade de Campo do Tenente Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é de suma importância, haja vista o grande número de acidentes inclusive com vítimas fatais, necessitando com urgência de lombadas para proporcionar assim maior segurança para a população e para os veículos que transitarem pela referida BR.

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando providências para a duplicação da BR-116 entre os municípios de Curitiba e Fazenda Rio Grande.

A expansão urbana do município de Fazenda Rio Grande fez com que a BR-116 entre este município e Curitiba fosse convertida num grande corredor pelo qual trafegam o transporte interurbano e carros particulares. Essa via já era um importante corredor de tráfego pesado de caminhões ligando o Sudeste do país e Curitiba com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A situação atual é, por um lado perigosa, pois coloca em risco os milhares de cidadãos, que utilizam esta via para trabalho, e por outro lado um empecilho ao crescimento do município de Fazenda Rio Grande.

Portanto, Srs. Deputados, acreditamos que este pleito seja justo e encontrará amplo respaldo nesta Casa.

Solicitamos que sejam enviadas cópias deste expediente para: Prefeito Municipal de Fazenda Rio Grande; Câmara de Vereadores de Fazenda Rio Grande; Vereador Bonetti na Câmara de Vereadores de Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP e à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos técnicos e de custos para a construção de uma rodovia ligando os municípios de Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais.

Os municípios da área Sul da Região Metropolitana de Curitiba, desenvolveram uma identidade econômica muito forte, no entanto dependem de sistemas viários que cruzam Curitiba, aumentando o tempo, causando transtornos e dificultando a integração entre os municípios e por consequência colocando entraves ao

potencial de crescimento econômico. Por isso, acreditamos que a viabilização de uma rodovia entre esses municípios seria uma grande contribuição ao desenvolvimento da região e a melhoria da qualidade de vida desta parte da população paranaense.

Portanto, Srs. Deputados, acreditamos que este pleito seja justo e encontrará amplo respaldo nesta Casa.

Solicitamos que sejam enviadas cópias deste expediente para: Prefeito Municipal de Fazenda Rio Grande; Prefeito Municipal de Araucária; Prefeito Municipal de São José dos Pinhais; Câmara de Vereadores de Fazenda Rio Grande; Câmara de Vereadores de Araucária; Câmara de Vereadores de São José dos Pinhais; Vereador Bonetti na Câmara de Vereadores de Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a instalação da audiência pública para debater a regulamentação do “porte de escola” das unidades da Rede Estadual de Educação a ser realizada em 23 de junho de 2006, das 9:00 às 13 horas, no plenarinho desta Casa.

As unidades da Rede Estadual de Educação estão em constante remodelação, uma decorrência direta das mudanças no perfil da população. A ampliação assim como a redução da demanda de vagas nas escolas estaduais refletem profundamente na organização da escola, desde a alocação de alunos e professores bem como na forma de organizar o espaço escolar e os recursos e equipamentos disponibilizados.

Por isso, caros Deputados, as alterações no porte das escolas preocupam muito os gestores escolares bem como os professores. E toda e qualquer regulamentação precisa lidar com tensões e conflitos.

Diante da preocupação, com este tema externada por diretores escolares com esta questão, propomos esta audiência pública.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, que se faça um estudo de execução de um Projeto de Engenharia para a transposição da Rodovia PR-218 no município de Agudos do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Existem inúmeras reclamações de moradores do município de Agudos do Sul, por considerar o tráfego pesado por dentro da cidade, o qual não traz nenhum benefício aos moradores. Tal mudança representaria ao município um grande crescimento até mesmo nas regiões mais próximas.

Nesta rodovia circulam inúmeros caminhões de várias toneladas, provocando rachaduras de casas e construções comerciais, além de colocar em risco a segurança da população e principalmente das escolas, colégios e creches que ficam próximos à rodovia.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1519

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitado à Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, a remessa para esta Casa dos documentos/informações que se seguem:

1. Quais foram as pessoas contempladas pela Cohapar para as casas dos Conjuntos Habitacionais João Rocha, João Batista Lima II (Vila Operária), Sebastião Cunha II, que estão sendo construídos em Cornélio Procopio?

2. Quais foram os critérios de escolha utilizados?

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja solicitado à Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, a remessa para esta Casa dos documentos/informações que se seguem:

1. A lista nominal dos funcionários contratados e/ou prestadores de serviços para as diversas obras sob a jurisdição do escritório em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se dá em razão da resposta formulada pela Cohapar no Ofício nº 2250/PRES estar incompleta (ref. ao nosso pedido de informação de 02.05.06)

Por exemplo, é do conhecimento público que os Srs. Roberto Franz Martinez, Saul Pinto Ribeiro e outros que desconhecemos seus nomes, prestam serviços no referido escritório e não foram relacionados no ofício acima citado.

REQUERIMENTO Nº 1526

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações aos competentes e empreendedores empresários paranaenses, Edson Luiz Campagnolo, Francisco Simeão Rodrigues Neto, Wilson Bill, pelo recebimento da medalha de Mérito Industrial, como também a Luiz Lourenço, premiado com Láurea Honra ao Mérito, que no dia 12 de junho, recebem as comendas da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em Sessão Solene comemorativa ao Dia da Indústria e entrega das comendas.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No dia 12 de junho, a Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em Sessão Solene comemorativa ao Dia da Indústria e entrega das comendas: Láurea Honra ao Mérito para Luiz Lourenço e Medalha de Mérito Industrial para Edson Luiz Campagnolo, Francisco Simeão Rodrigues Neto, Wilson Bill, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Nosso orgulho e nossas felicitações!

Seja este requerimento encaminhado a todos os homenageados, como também ao Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Rodrigo Costa da Rocha Loures - Av. Comendador Franco, 1341 - Jardim Botânico.

REQUERIMENTO Nº 1528

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE a egrégia Assembléia seja enviado aos Secretários de Estado da Cultura da Educação e da Casa Civil o seguinte pedido, referente à biblioteca da Escola Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, do Distrito de Yolanda em Ubatuba, que ora passa pelo processo de reconhecimento do Ensino Médio. Para ser reconhecida necessita de uma biblioteca adequada que atenda às necessidades dos alunos do Ensino Médio.

Este estabelecimento de ensino, merece todo o apoio do Governo e das instituições, pela qualidade do trabalho ali desenvolvido em favor da instrução pública.

Solicita-se à Secretaria de Cultura, através do seu setor de editoração, e à Biblioteca Pública do Paraná, através do seu setor de distribuição que incluam a biblioteca da Escola Estadual Professora Maria Gomes Bizerra no programa de envio de livros e publicações culturais e paranistas;

2. à Secretaria de Educação, através do seu setor de literatura, que envie parte dos livros destinados às escolas públicas a esta biblioteca de interior;

3. à imprensa Oficial do Paraná, através do seu setor de edição, que envie as publicações ali impressas.

O endereço é: Escola Estadual Professora Maria Gomes Bizerra - Av. Stelio Machado Loureiro, 290 - Distrito de Yolanda, Ubatã-PR - CEP: 85.445-000 - fone/fax: (44) 3545-1145.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas nos seguintes endereços: Secretaria da Cultura, Secretaria da Educação, Casa Civil, como também à Diretora da Escola, Professora Rosemeire Gomes. Av, Stelio Machado Loureiro, 290 - Distrito de Yolanda, Ubatã/PR - CEP: 85.445-000.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, solicitando informações sobre qual é a fonte poluidora do Rio Jacutinga e quais as possibilidades de realizar a revitalização deste mesmo rio.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1505

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, informações sobre o andamento da reforma do Colégio Estadual Maria da Luz Furquim, no município de Rio Branco do Sul-PR, sito à Rua Paraná, 90, CEP: 83.540-000.

Caso ainda não tenha sido indicada a mencionada reforma, requer providências urgentes em razão do estado em que se encontra a escola.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Maria da Luz Furquim, no município de Rio Branco do Sul-PR, sito à Rua Paraná, 90, CEP: 83.540-000, protocolou no dia 18/01/05, o protocolado nº 8436997, onde solicita conserto da quadra do colégio. O processo tramita desde janeiro de 2005, perfazendo um ano e cinco meses.

Tal pedido se faz necessário, porque se tratam de assuntos de grande relevância para o funcionamento da escola.

Caso ainda não tenha sido iniciada a mencionada reforma e reparos, requer providências urgentes em razão do estado em que se encontra a escola.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a egrégia Assembléia que dirija ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Nemézio Xavier de França Filho o seguinte pedido de informações:

É peculiar ter sido recusada autorização aos membros do valoroso Proerd para viagem - sem qualquer despesa para o erário público do Estado do Paraná - à cidade de Fortaleza, nos próximos dias 19 e 20 de junho, para a reunião da Câmara Técnica de Assuntos de Prevenção, subordinada ao Conselho Nacional de Comandantes das PM's do Brasil.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O citado evento é sem despesas, porque é pago integralmente, conforme se lê no e-mail recebido, pela Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme ofício nº 2326/06.

Assim, conhecedor do zelo e competência de V. Exas, para que não haja prejuízo por desinformação ao valoroso Proerd, requeiro encarecidamente, que autorizem a viagem, conforme solicitação da Tenente Coronel Rita Aparecida de Oliveira, expressa na carta do Tenente Dalton Perovano.

Seja este requerimento encaminhado às autoridades nominadas e também à Tenente Coronel Rita Aparecida de Oliveira e ao 1º Tenente QOPM Dalton Gean Perovano - Rua Marechal Floriano Peixoto, 1401 - Rebouças - CEP: 80.230-110 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a complementação das informações prestadas em resposta ao requerimento desta Liderança da Oposição aprovado nesta Casa

em 25 de abril último, com relação ao evento ocorrido no dia 20 de abril no Teatro Guaíra, com a presença do Presidente venezuelano Hugo Chávez, a saber:

Se não foi patrocinado pelo Governo do Estado, conforme informação prestada pela Secretaria Especial para Relações Internacionais e Cerimonial, o evento em questão, realizado no Teatro Guaíra, que é uma das autarquias da administração pública estadual, e do qual participam em caráter oficial o Governador do Estado do Paraná, como autoridade estadual anfitriã do Presidente da Venezuela, além de todos os servidores componentes da equipe governamental do Paraná, quem organizou, realizou e custeou tal evento?

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernandes Delazari, solicitando informações em relação à matéria publicada no Jornal de Londrina do dia 11/06/06, questionando se a referida Secretaria confirma ou não as informações do efetivo lotado no 5º Batalhão da Polícia Militar em Londrina.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 325/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art 1º Propõe a alteração do inciso III, do artigo 6º da Lei nº 13.116, de 08 de março de 2001, que dispõe sobre a destinação da Quota Estadual do Salário Educação, passando a ter a seguinte redação:

Art. 6º...

I -...

II -...

III - *à construção, conservação e reforma de prédios escolares e de outras unidades com finalidade educacional e à aquisição e manutenção de seus equipamentos escolares.*

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma alteração da Lei Estadual nº 13.116, de 08 de março de 2001, a qual dispõe sobre a destinação da Quota Estadual do Salário Educação. Esta proposição deve-se ao fato de entendermos que a educa-

ção é um processo que não acontece apenas na escola e que é dever do Poder Público ampliar as oportunidades a todos os cidadãos, e acesso aos meios educacionais disponíveis. Essa alteração possibilita dar oportunidade a que os municípios possam promover a ampliação ou construção de espaços pedagógicos tais como bibliotecas públicas, laboratórios comunitários de informática, Centros de Convivência e alfabetização.

A modificação ora apresentada refere-se ao inciso III, do artigo 6º da citada lei, modificando-lhe a redação quando esta prevê a construção e reforma de prédios escolares, ampliando para outros tipos de espaços pedagógicos o que contemplaria os acima referidos.

PROJETO DE LEI Nº 326/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Resgate Casa de Recuperação para Homens, com sede e foro no município de Goioerê, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Resgate Casa de Recuperação para Homens, portadora do CNPJ nº 07.206.241/0001-30, com sede na Chácara Renascer, estrada Jaracatiá, quilômetro 06, no município de Goioerê, Estado do Paraná, é uma organização da sociedade civil, constituída em forma de associação de fins não econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo estatuto e pela legislação que lhe for aplicável, com prazo de duração indeterminado.

A característica fundamental da Resgate Casa de Recuperação para Homens é o caráter evangélico, devendo sempre buscar a reabilitação e ressocialização dos seus internos por meio do Evangelho contido nas Sagradas Escrituras. No desenvolvimento de suas atividades, definidas pela execução direta de projetos, programas ou planos de ação voltados ao combate da dependência química, pela inclusão social, e voltadas à reeducação do dependente, o objetivo é reintegrar o dependente químico na sociedade com uma educação exemplar.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao projeto de lei em pauta.

PROJETO DE LEI Nº 327/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Círculo Amore Pela Itália, com sede e foro no município de Pato Branco-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Círculo Amore Pela Itália, associação beneficente e cultural sem fins lucrativos, fundada em 28 de maio de 1999 em Pato Branco, e declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2.621, de 9 de maio de 2006, promove diversas atividades culturais e recreativas aos seus associados, com o objetivo de preservar a cultura italiana tradicional e fortalecer a relações de amizade e boa vontade entre as nações.

Com a efetiva integração e participação de seus associados, são realizados vários eventos e conferências para divulgar a história da imigração à memória dos imigrantes. As atividades do Círculo também contemplam cursos para estudo do idioma italiano e colocam à disposição de seus associados e familiares uma biblioteca e um museu, facilitando o acesso à informação e incentivo à pesquisa.

O Círculo Amore pela Itália, além de promover atividades recreativas, comemorativas e de ação social junto à comunidade patobranquense, participa ativamente de apresentações culturais na região e estados vizinhos, valorizando a memória e tradição italiana em apresentações artísticas, danças e recitais.

Por essas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 328/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art 1º A instalação de controladores eletrônicos de velocidade nas vias e rodovias localizadas no território do Estado do Paraná, fica limitada às condições estabelecidas nesta lei

Parágrafo Único. Consideram-se controladores eletrônicos de velocidade para efeito desta lei, os equipamentos de radar alocados nas vias urbanas e rodovias destinados à autuação automática de infrações de trânsito, mediante o disparo de fotografia, como forma de identificação do veículo.

Art. 2º A alocação dos controladores eletrônicos de velocidade deve ser precedida de três placas de advertência, com intervalos de cem metros entre si, contendo a expressão “controlador eletrônico de velocidade”, seguida da expressão numérica indicativa da distância que separa a placa do equipamento assinalado.

Parágrafo Único. Não é permitida a instalação de placa de advertência de existência de controlador eletrônico de velocidade que não seja seguida do equipamento correspondente.

Art. 3º O controlador eletrônico de velocidade deverá ser integrado, necessariamente, a painel eletrônico com acionamento de luz intermitente, contendo a expressão “controlador eletrônico” seguida da expressão numérica indicativa da velocidade máxima permitida no lugar.

Art. 4º Para a fiscalização de velocidade em vias em que ocorra o acesso de veículos por outra via ou pista que impossibilite a visualização de placa de advertência sobre a existência de controlador de velocidade no trecho compreendido entre o acesso e o medidor, deve ser alocada nesse trecho uma placa nos mesmos termos do artigo 2º e parágrafo único, da presente lei.

Art. 5º A velocidade considerada para efeito de aplicação de penalidade é a diferença entre a velocidade medida e o valor correspondente ao máximo permitido naquela via, já considerado o erro máximo permitido, todos expressos em km/h, obedecida a legislação metro-lógica em vigor.

§ 1º Fica estabelecida a tabela de valores referenciais de velocidade constante no Anexo II, da Deliberação nº 38/03, do Contran, para fins de autuação por infração ao artigo 218 do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 2º A notificação da autuação deve conter, além do disposto no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação complementar, a velocidade medida pelo instrumento ou equipamento medidor de velocidade, a velocidade considerada para efeitos de aplicação da penalidade e a velocidade regulamentada para a via, todas expressas em Km/h.

Art. 6º É defeso aos Estados e aos Municípios a deflagração de processos de aquisição de controladores eletrônicos mediante financiamento, tanto pelo fornecedor quanto por instituições financeiras.

§ 1º Incumbe aos órgão adquirentes de equipamentos de velocidade exigir no processo licitatório pertinente, a concessão da garantia de inconstitucionalidade de, no mínimo, dois anos, de forma a desonerar o erário de qualquer pagamento referente à manutenção neste período.

§ 2º Após a data-termo dos contratos vigentes relacionados à manutenção dos equipamentos instalados, havendo renovação ou nova contratação, esta limitar-se-á ao valor de dois por cento mensais de custo médio atual dos equipamentos para a remuneração dos serviços necessários à sua manutenção.

Art. 7º No caso de locação de equipamento controlador, o respectivo contrato deverá prever o local onde deverá ser instalado, não sendo admitida relocação do equipamento sob o mesmo termo contratual.

Parágrafo Único. o custo da locação é limitado em três por cento do valor médio do equipamento na data da contratação, não podendo o contratado estender por

período superior a quarenta e oito meses, aceitos acréscimos de manutenção no limite preconizado no § 3º, do artigo 2º, a partir do vigésimo quinto mês

Art. 8º É vedado aos municípios a delegação, constituição de convênios, ou qualquer outra forma de concessão do dever de executar a fiscalização do trânsito, autuação e aplicação de medidas administrativas, a empresas privadas, ou a qualquer outra entidade que não faça parte do Sistema Nacional de Trânsito, nos termos dos artigos 5º e 24 do Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo Único. O dever de executar a fiscalização no trânsito importa em aferir as infrações, autuar e aplicar as medidas administrativa cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia

Art. 9º A instalação de lombadas eletrônicas em vias urbanas e rodovias deverão estar sempre associadas à travessia de escolares ou de intensa movimentação de pedestres, devendo neste casos, estarem acompanhadas da correspondente sinalização, conforme o artigo 2º da presente lei.

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, são lombadas eletrônicas os controladores de velocidade que determina a redução da velocidade de tráfego apenas no trecho onde se encontram instalados.

§ 2º É defeso instalar lombadas eletrônicas que importem no afunilamento das rodovias duplas ou expressas.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto regulariza a instalação de equipamentos eletrônicas, com o objetivo de reduzir a velocidade nas vias urbanas, nos trechos de intenso tráfego de pedestres e nas rodovias, mediante a notificação e autuação do condutor que infringir os limites de velocidade. Para tanto estipula regras a fim de impedir abusos da Administração Pública, tais como a ausência de sinalização e a concessão do dever de fiscalizar o trânsito, às entidades que não pertencem ao Sistema de Trânsito Nacional.

A fiscalização do trânsito corresponde ao exercício regular de política conforme determina o artigo 24, do Código de Trânsito Brasileiro, que assim dispõe:

Art. 24. Compete aos órgãos e entidade executivos de trânsito dos municípios no âmbito de sua circunscrição:

(...)

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.

(...)

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do poder de Polícia de trânsito.

Diante do que dispõe o artigo, tão somente, os órgãos executivos de trânsito podem e devem efetuar a fiscalização de trânsito, pois se trata de uma atividade vertente ao poder de polícia exercido pelo Poder Público.

Mesmo que se cogite a hipótese de existência de um poder de polícia delegado, este deve ser exercido mediante transferência legal de atribuições, o que evidentemente não ocorre no presente caso.

Não é diferente o entendimento majoritário dos juristas brasileiros, que são unânimes no sentido de que o poder de polícia de trânsito, que é poder de império do Estado, somente poderá ser exercido pelo Poder Público.

Ademais, referido projeto também possui como objetivo não somente regular a instalação dos radares eletrônicos de velocidade nas vias e rodovias do Estado do Paraná, mas também regularizar a atual situação dos controladores de velocidade já instalados nas cidades do Estado.

Apesar de já ter sido criada algumas regulamentações a respeito, como a Deliberação nº 038/03, do Conama, é necessário que sejam introduzidas formas de se evitar que as multas aplicadas em face da prática de infrações de excesso de velocidade se tornem fontes de receita para o município, e passem a ter conotação efetivamente educativa.

Referido projeto busca justamente estipular regras, como a obrigatoriedade do Município em informar através de placas de trânsito as vias monitoradas, assim como a instalação de painéis luminosos indicando o posicionamento do radar eletrônico, de modo a permitir que o condutor reduza a velocidade em toda a extensão da via e não somente nos pontos em que notou a existência do controlador de velocidade.

O poder Público deve buscar a efetivação das medidas de educação no trânsito, tal como a conscientização do motorista a respeito dos riscos na condução do veículo em velocidades acima do permitido.

As multas de trânsito devem servir como verdadeiras sanções à transgressão de regras previamente conhecidas pelos motoristas, funcionando não somente como controlador de velocidade, mas também como forma de se demonstrar que dirigir acima da velocidade permitida poder gerar outras consequências ainda mais gravosas, que não o pagamento de uma multa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero dimensionar, na tarde de hoje, a gravidade da central telefônica que foi descoberta no município de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Nós ouvimos o responsável pela Secretaria da Segurança Pública declarar de antemão que o Paraná estava livre totalmente de qualquer vinculação com o Primeiro Comando da Capital, a facção criminosa comandada pelo bandido Marcola. Isto, dito pelo Secretário da Segurança, Luiz Fernando Delazari. E tão logo essa informação repercutiu, foi imediatamente desmentida, com a localização desse braço da corporação criminosa, já que o principal cliente desse bandido que foi preso na região metropolitana de Curitiba, era justamente o Sr. Marcola.

E estamos mais uma vez alertando às autoridades e à Secretaria da Segurança Pública que mostra o seu total despreparo, através do seu Secretário, que dá uma declaração totalmente fora do contexto, sem nenhuma base real, daquilo que havia colocado anteriormente. Isso é uma irresponsabilidade tão grande, porque prendemos aqui no Estado do Paraná quem comandava a rede de telecomunicações, de telefones celulares para os bandidos. Eles chegaram ao cúmulo de realizar teleconferências com a participação de dez bandidos.

Vejam a responsabilidade do Sr. Secretário quando, descartava, excluía o Estado de ter uma participação com o PCC. Essa declaração irresponsável, leviana diria até, coloca em dúvida todas as ações do Estado do Paraná na área de segurança pública.

Vejam o despreparo desse Secretário, que faz uma afirmação como esta. Enquanto ele falava uma mentira dessas, os bandidos arquitetavam assaltos, planejavam roubos coordenados pelo Estado do Paraná.

Na região metropolitana de Londrina, também um outro fato. Uma chácara em Cambé guardava um arsenal com dezenas de armamentos: granadas, fuzis, supermetralhadoras de fabricação israelense. Material utilizado para perfurar aquelas blindagens que estão sendo feitas no Brasil para tentar evitar a violência. Esse pessoal abastecia os traficantes internacionais e até os bandidos dos morros cariocas!

E a polícia paranaense o que fazia? Não tinha conhecimento disso tudo. Vejam o tamanho da irresponsabilidade do Secretário da Segurança, que demonstra, mais uma vez que não tem condição nenhuma de ocupar esse cargo.

E nós, aqui, como Deputados estaduais, fomos vítimas da sanha desse Secretário, segundo órgãos de

imprensa, e até investigações que ficaram no meio do caminho, que com um aparelho chamado “De Guardian” ele monitorava as conversas dos Deputados e também de várias autoridades. Por que não usou esse aparelho para o bem do Estado e do cidadão paranaense? Por que não utilizou essa tecnologia, que é extremamente cara, para fazer a escuta dentro dos presídios, antes de afirmar que o Paraná não tinha ligação com o PCC? Por que não usou para prender a quadrilha que comandava o envio de arsenais verdadeiros para os narcotraficantes?

Fazemos o registro na tarde de hoje, porque mais uma vez o Secretário da Segurança demonstra total desconhecimento da violência, da rota do tráfico internacional e da ligação do PCC com o Estado do Paraná, através desse bandido que foi defenestrado numa operação que nem a Secretaria da Segurança tinha conhecimento!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é um dia extremamente importante, dia em que o Brasil inteiro discute a erradicação do trabalho infantil no país.

No Brasil, 2 milhões e 700 mil crianças, jovens entre 5 e 15 anos, são explorados como trabalhadores precoces em vários estados brasileiros.

Quando vemos uma notícia dessa ficamos chocados, porque existem crianças, principalmente nos estados nordestinos, entre quatro, cinco, seis anos de idade que estão no trabalho para ajudar a família, quando existem, dentro da república, vários instrumentos institucionais proibindo o trabalho infantil.

Em todo o Paraná existem 182 mil crianças em trabalho precoce. Nos últimos dois anos, na minha cidade (na cidade de Londrina), 1.444 crianças foram resgatadas das ruas graças ao Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil; mas isso não representa um percentual significativo diante daquelas crianças na minha cidade, nas várias cidades paranaenses e brasileiras que continuam sendo exploradas diariamente, através de trabalho às vezes pesado, como carvoaria, quebra de pedras e outras situações, da mesma forma, dramáticas.

Em Londrina, na semana passada, um adolescente de dezesseis anos morreu (Deputado Barbosa que sempre traz essas questões da violência) um dia depois de sair do Ciad, num bairro da periferia. O garoto estava na porta da sua casa e foi assassinado. Aí uma notícia que nos choca porque esse garoto (Tiago) estava no Centro de Atendimento a Adolescentes Infratores, mas não basta ir para um centro. Quando ele volta para casa, para a comunidade, sem as necessidades políticas públicas, fica ainda mais desprotegido, desamparado.

O histórico desse garoto é terrível, como de vários meninos e meninas brasileiras: a mãe presa (não sei se aqui em Curitiba ou em São Paulo), uma família absolutamente desestruturada. Portanto, o Paraná como um Estado com forte vocação agrícola, além de fatores vinculados a formas tradicionais e familiares de organização, econômica, especialmente nas pequenas produções, nas produções da agricultura familiar, favorece de uma forma enorme o trabalho infantil.

A Organização Internacional do Trabalho definiu que no mundo inteiro, no dia 12 de junho, essa discussão seria estabelecida considerando as milhares de crianças em países desenvolvidos, mas muito especialmente em países em desenvolvimento ou países pobres que sofrem essa exploração de obra barata no mercado de trabalho.

No Paraná caiu consideravelmente para 40 % mas ainda o percentual de crianças no trabalho é grande, além de ausência de políticas públicas nacionais que de fato o erradiquem. Isso só vai acontecer quando, efetivamente, as bolsas-escola que são importantes, neste momento, forem substituídas por ações concretas na educação, na saúde e, também na geração de emprego e renda para os familiares.

Para concluir, o Ministério do Trabalho constatou que essas crianças ganham muito pouco, são extremamente exploradas, muitas delas ficam ausentes da escola, mas muitas famílias chefiadas especialmente por mulheres, por ausência absoluta de condições, acabam colocando essas crianças para ajudar no sustento do lar.

O tempo é muito curto, não dá para aprofundar essa discussão, mas não poderia, absolutamente, passar despercebido no dia de hoje, essa questão do Dia Internacional de Combate à Erradicação do Trabalho Infantil no nosso planeta.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós, hoje, numa parte da manhã, realizamos aqui, junto com a Deputada Clair, uma audiência pública para fazermos o debate sobre a situação de tráfico de seres humanos no Brasil, em uma situação que vem cada vez mais se agravando e que segundo as informações recebidas pela Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça e pelos diversos participantes dessa audiência, já somam valores de nove bilhões de reais, perdendo apenas para o tráfico de armas.

Na sequência desse debate ficou acordado que teremos uma nova reunião para podermos subsidiar o relatório, que será feito pela Deputada Clair, que é, da parte do Partido dos Trabalhadores, a responsável em fazê-lo.

Aproveito também, além de prestar conta dessa audiência pública, para fazer, aqui - eu iria fazê-lo diretamente ao Presidente Hermas Brandão, que na sequência, certamente poderá responder -, ao Presidente Pedro Ivo, sobre dois projetos que temos nesta Casa e seria importante que votássemos o quanto antes possível. Parece-me que será possível fazê-lo ainda antes do recesso, na próxima semana.

Um deles é o projeto que muda a Constituição do Estado do Paraná, tanto o projeto do Deputado Padre Paulo quanto do Deputado Nelson Justus, que altera o rito das votações secreta, nesta Casa. Entendo que devemos votá-los ainda neste semestre, para que possamos ter um segundo semestre com votações abertas.

O segundo projeto que também está tramitando nesta Casa, já é de algum tempo, um projeto de resolução da Mesa, que, acompanhando o Congresso Nacional, reduz o recesso da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Também entendo que devemos votar o quanto antes essa resolução, para que possa valer a partir do próximo período.

Sr. Presidente, eram essas as duas colocações que eu gostaria de fazer. Na sequência, obviamente, o senhor como 1º Vice-Presidente, não sei se poderá me responder, mas o Presidente Hermas Brandão poderá fazê-lo, para que possamos fazer a pauta. Entendo que é do seu interesse e de todos os Deputados daqui, acelerar essas duas votações e já fazê-las na semana que vem.

Eram essas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Trago aqui um requerimento de voto de profundo pesar a um dos homens que mais incentivou o esporte e que popularizou ainda mais o futebol no Brasil, Fiori Gigliotti, falecido no dia 07, quarta-feira, em São Paulo. Fiori Gigliotti, com uma trajetória de quarenta anos pelas rádios de São Paulo: Record, Bandeirantes e por fim na Rádio Capital, já estava se aprontando para ir à Copa do Mundo, novamente, quando foi apanhado pelo destino. Lamentamos profundamente essa perda para a imprensa e para o esporte brasileiro.

Em Apucarana temos o Estádio Bom Jesus da Lapa, que é um estádio municipal e tem lá desde 1968, quando foi inaugurada a cabine Fiori Gigliotti, que lá compareceu para homenagear o futebol do Norte do Paraná e foi homenageado. Deixamos aqui o registro dessa perda lamentável e que tudo tem a sua hora!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos neste momento fazer o registro...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Deputado Scarpellini, V. Exa. está fazendo uso do Horário da Liderança ou do Pequeno Expediente?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Do Pequeno Expediente.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Desculpe! Eu iria pedir um aparte para falar do grande Fiori Gigliotti.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Lamentavelmente não posso conceder o aparte, senão, com muito prazer, da devoção que a nossa geração tem por gente como Fiori Gigliotti.

Mas, vamos em frente e queremos agora fazer um registro: anúncio e cartilhas geram ação do Ministério Público em Apucarana. O filho do Padre Prefeito é candidato a Deputado e o filho do Padre vem sendo promovido por cartilhas, panfletos e jornais, anúncios como se fosse uma mercadoria à venda. O Padre Prefeito pega a tiracolo o filho, o pequeno infante, e sai com aquele garoto, mostrando à cidade, aos alunos das escolas, aos professores, o produto da traição, porque o filho de um Padre por si só já é o produto de uma traição.

Mas, queremos dizer mais agora. Em épocas de eleição, começa a acontecer isso. Mas, o Ministério Público em Apucarana entrou com uma ação contra o filho e o Prefeito Padre.

Fizemos uma representação também com a documentação que temos, que prova o abuso do poder econômico e o uso da máquina administrativa pública em campanha como essa em Apucarana - uma campanha milionária às custas da Prefeitura e do Governo do Estado. E pasmem os senhores, o Governador Roberto Requião chega lá em uma festa e diz que estudou no Seminário com o Padre, que foram seminaristas juntos. O Governador Roberto Requião seminarista e junto com o Padre Prefeito de Apucarana! A que ponto estamos chegando!

E o Governador Roberto Requião certamente, que era o nosso John Wayne, era o homem que andava a cavalo, certamente caiu do cavalo e está mais para James Dean, em um carrão, apresentando as rodovias do Paraná para o grande público paranaense, insistindo que está fazendo obras, obras que só a televisão dele vê, porque não tem um programa, um projeto que possa falar: essa obra é do Governo do Paraná, De John Wayne do cavalo, agora está com um Peugeot, mostrando obras para o povo do Paraná. É o nosso novo James Dean. A juventude revolta com o canivete automático, está aí o nosso Governador do Paraná. E vamos em frente, minha gente, que vamos ver muita coisa durante esta campanha eleitoral.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aproveito este horário que nos é permitido, de acordo com o Regimento Interno, para abordar um tema que foi discutido anteriormente. Durante a semana que passou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz aqui um comentário sobre a questão dos Partidos que apóiam a base do Governo e o PMDB, que é o Partido do Governador do Estado. E durante o meu pronunciamento, usei um termo que alguns ficaram preocupados, sem entender o que eu quis dizer naquele momento. Como a palavra imoral, às vezes é tida como trambique ou coisa parecida, ao me referir a ela, algumas pessoas não entenderam. Em momento nenhum, usando desta tribuna, usei a palavra projeto ilegais. Em momento nenhum! Usei a palavra, sim, de que alguns projetos às vezes são qualificados de imorais, não por corrupção, mas injustos diante do povo. Ou sejam, as pessoas não concordam com determinadas votações. E o Governo - já fui Executivo - às vezes tem que propor projetos como remédio, que não faz bem, mas que tem que ser ministrado naquele instante. Mas, como somos parte de uma Bancada, temos o dever de ajudá-lo a tornar realidade esses projetos.

Então, usei a palavra, imoral e jamais ilegal. Deputada Elza Correia, jamais usei a palavra ilegal! V. Exa. fez um pronunciamento na seqüência e eu não estava aqui; viajei a Brasília porque tinha um compromisso e só li as notas taquigráficas depois. V. Exa. fala duas ou três vezes que eu falei ilegal. Eu nunca falei ilegal, falei imoral!

O Deputado Rossoni me criticou e disse que jamais votou um projeto imoral aqui. Eu acredito. Mas diante do povo, Deputado Rossoni, alguns projetos votados no Governo anterior foram considerados imorais, injustos naquele momento. Um exemplo típico: a venda da Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu solicitaria o Horário do nosso Bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto o Líder do PTB.

(**Assentimento**)

V. Exa. tem mais dez minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PTB/PL/PMR

O SR. JOCELITO CANTO

Obrigado.

O Deputado Caíto Quintana, que não vejo aqui presente, lamentavelmente, fez um aparte ao Deputado Rossoni e disse que concordava que fui infeliz no meu pronunciamento. Quero dizer ao Deputado Caíto Quintana, que jamais eu faria parte de um Governo de “trambiqueiros”, como ele disse que quando se fala em imoralidade, fala-se em “trambique” e eu, em momento nenhum fiz essa colocação, até porque o Deputado Caíto Quintana estava a servir o Governo como Secretário e eu estava nesta Casa para apoiar este mesmo Governo. Então, em momento nenhum, pensaria isso. Aliás, acho que é correto e por isso é que o apóio nesta Casa.

Durante o seu pronunciamento a Deputada Elza falou que eu poderia ter cometido uma falta de decoro parlamentar. Não entendo assim. Primeiro, não acusei ninguém. A intenção minha não foi de acusar alguém, apenas expressei um sentimento, e V. Exa. me pede para citar alguns projetos que eu qualifico como não de acordo com o povo, imorais. Eu estou dando uma versão do que eu quis dizer. Imoral pode ser compreendido de várias formas. O imoral que estou dando o meu parecer, é aquele que o povo não gosta, mas que temos que aprovar. Um deles é o nepotismo. O nepotismo é um projeto que o Governo não queria ter aqui na Casa e fomos fiéis a ele, porque o respeitamos e entendemos que o Governo queria manter aqueles projetos. E nós votamos como? Votamos a favor. O projeto veio, voltou, foi retirado e eu estava aqui para apoiar o Governo. Apoiei até porque sei que alguns membros do Governo são parentes do Governador, mas são competentes.

Vou dar um exemplo: o Secretário da Educação é um excelente Secretário. Esse é um entendimento meu. Por isso é que votei a favor. Poderemos dar outros exemplos de projetos que, diante do povo, não são bem vistos. Por exemplo, nomear um segundo colocado, na questão do Ministério Público, é um exemplo que também não é bem visto porque houve uma eleição, e assim por diante. Não vou me alongar.

Para terminar, não falei em projetos ilegais, Deputado Rossoni. As notas taquigráficas estão aqui. Mas, este Parlamento está sujeito a votar projetos ilegais, às vezes. Sabem por quê? Porque o Supremo, entende diferente daquilo que entendemos aqui. Por exemplo: recentemente nesta Casa, o Deputado Elio Rusch subiu à tribuna e disse não deveríamos votar o projeto dos transgênicos, porque certamente não era um projeto legal. Nós votamos a favor. Por quê? Porque entendíamos nós que era legal, como de fato, todos votamos porque compreendíamos que o era legal. Fomos alertados pelo Deputado Rossoni e pelo Deputado Elio Rusch e agora, recentemente, eu vi, daquela tribuna, o Deputado Elio Rusch fazer um pronunciamento, dizendo que o Supremo acabou derrubando

e o projeto ficou sem efeito. Isso faz parte do Parlamento. O Parlamento propõe uma lei que, às vezes, pode não ser entendida em Brasília e alguém reclamar e o projeto cair, mas isso não quer dizer que estejamos votando projetos ilegais nesta Casa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Peço a V. Exa. um aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Na sequência, com o maior prazer, Deputado Rossoni.

Para finalizar, Deputada Elza, V. Exa. tem todo direito de entender como falta de decoro parlamentar. É um direito que cabe a V. Exa. e aos demais Pares desta Casa. Se a senhora assim entender, eu me submeto à Comissão de Ética.

Tenho certeza que não cometi falta de decoro parlamentar, até porque falei algo que é de coração, é algo que sinto. Jamais atacaria os Srs. Deputados, por ser Oposição ou Situação. Aqui dentro somos todos irmãos e amigos, temos as nossas divergências; mas elas devem ficar no campo das idéias. É isso que eu propus a esta Casa.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni porque V. Exa. pode não ter me compreendido.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Não, até posso não ter ouvido V. Exa. porque eu estava dando uma entrevista, peço desculpas porque o seu pronunciamento merece toda a minha atenção.

Mas, salvo o equívoco da minha parte, eu compreendi errado?

V. Exa. esqueceu uma parte das notas taquigráficas, mas as notas taquigráficas foram...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

As minhas.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Não. As notas taquigráficas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

As minhas estão na minha mão.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Do seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estão aqui. Pois não?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Depois podemos dispor de mais um tempo, porque eu tenho de sobra.

O Presidente Hermas Brandão determinou que retirasse das notas taquigráficas parte do seu pronunciamento. Então, não nas notas taquigráficas, estão na minha

consciência, estão na minha lembrança. O que V. Exa. falou aqui que me deixou indignado e demonstrei na tribuna sem atacá-lo pessoalmente, mas discordo da sua opinião e da sua posição. V. Exa. disse que muitas vezes votou projetos imorais nesta Casa, e aprovou-os. Foi contra isso, Sr. Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O senhor perdeu a minha explicação.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Foi contra isso que eu me insurgi.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Isso está nas notas taquigráficas.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Porque até parece que cometi uma heresia em subir à tribuna e discordar do seu pronunciamento. Eu nunca votei favorável a projetos imorais.

O melhor seria, Deputado Jocelito, e V. Exa. tem uma vasta experiência, citar o nome dos projetos que V. Exa. votou.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu acabei de citar, V. Exa. não ouviu.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Ajude-me, colabore comigo; tenho o Horário da Liderança da Oposição e até V. Exa. pode fazer uso de uma parte. Citar quais foram os projetos, que aí fica fácil de ser compreendido.

Agradeço a sua compreensão e o seu aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu acabei de citar, Deputado Rossoni, estão exatamente nas notas taquigráficas, falo exatamente isso.

Eu falei do nepotismo, fiz uma colocação, que imoral, no meu ponto de vista, não é o que V. Exa. está pensando. Imoral para mim, e é isso que eu quis dizer, são alguns projetos, vou repetir porque V. Exa. estava ausente, qualificados como injustos pela população, quando se vota. Votamos na intenção de beneficiar o Governo.

V. Exa. que já fez parte do Governo anterior, também o fez. Eu tenho certeza que não por imoralidade. V. Exa. por exemplo, votou o projeto da Copel, que lá fora era qualificado como injusto; a população não queria a venda. V. Exa. defendeu porque era o interesse do Governo naquele momento. O Governo queria a venda da Copel e acabou sendo aprovado nesta Casa. Não estou dizendo que V. Exa. votou um projeto injusto. É injusto diante do povo e não imoral.

Então, dei essa conotação de imoral e, volto a dizer: quando falei imoral não falei de roubo, de trambique. Eu falei que imoral, diante da opinião pública, porque sou radialista e estou na base todos os dias e vejo

o pessoal falar. O povo comenta que alguns projetos que aprovamos aqui, às vezes são qualificados de injustos pelo povo lá fora.

Sr. Presidente, queria fazer esse comunicado e dá para discutir esse assunto até em Conselho de Ética se assim for o entendimento da Deputada Elza, se precisar estou à disposição, até porque acho que não cometi nenhum crime. Levanto todos os dias às cinco horas da manhã, vou e volto todos os dias de Ponta Grossa para cumprir o meu trabalho nesta Casa. Tenho procurado fazer o que posso, tenho colocado o sentimento do povo, tenho discutido, defendido o Governo, porque entendo que tem coisas boas neste Governo; quando sinto que não tem, também reclamo.

Estou à disposição se assim entenderem alguns Parlamentares, que cometi falta de decoro parlamentar; estou à disposição para ser levado a julgamento. Acho que tem muito mais coisa a ser julgada do que aquilo que falei nesta Casa.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sabemos se as leis são justas ou injustas.

Não sabemos muitas vezes se a nossa ação é legal ou ilegal. Não sabemos se a nossa ação é moral ou imoral. Eis o conflito de consciência que muitas vezes atinge os homens. E atinge exatamente os homens que procuram fazer algumas coisas, porque aqueles que nada fazem certamente nunca serão atingidos por nada, porque não correm o risco nem de errar, nem de acertar.

Deputado Jocelito Canto, a sua explicação para qualquer homem normal e para qualquer Parlamento é convencedora, porque V. Exa, parte do princípio do questionamento da moralidade e da imoralidade, que é uma coisa subjetiva para cada grupo de pessoas ou para cada pessoa.

No entanto, V. Exa. foi condenado em Ponta Grossa por entregar dinheiro para um hospital, uma Santa Casa. O Deputado Rafael Greca de Macedo foi condenado também aqui em Curitiba por ter construído uma obra que iria e que está servindo à sua comunidade.

Assim, se partirmos do princípio da legalidade, as obras e os atos praticados por V. Exas. contrariam ou contrariaram um dispositivo legal, mas não contrariaram o dispositivo da moralidade e o dispositivo que nos ensinam os mandamentos maiores que é servir o próximo.

No entanto, estamos vendo que tanta gente que comete e cometeu crimes, delitos e atos de improbidade administrativa, muitas vezes, serem premiados, ao contrário de serem reprimidos ou condenados pela própria sociedade.

Vimos a invasão da Câmara dos Deputados, uma invasão que se deu por uma motivação política de um grupo de insurgentes vinculados ao movimento da terra.

Eis, aí, um questionamento de justiça: a reforma agrária não caminhou, nasceram mais crianças e mais gente e as terras, ao invés de serem redistribuídas a quem nela trabalha, a cada dia se concentra mais. Mas, temos que fazer justiça. O Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado não seriam os locais para onde deveriam aqueles dirigentes do MLST irem fazer o protesto. O protesto deveria ser do outro lado da rua, onde habita o Presidente da República, porque ele, sim, criou a expectativa da reforma agrária. E está fazendo às avessas. Ele criou e se comprometeu com o povo sem terras deste país, com os pequenos e com os desalojados que iria resolver o problema da terra.

Ora! Por que o protesto no Parlamento? Porque ali tem menos polícia, não tem o exército ou a Polícia Militar para reprimir. A Casa é democrática, como é democrática a nossa. Entram aqui grupos e grupos de pessoas que muitas vezes vêm aqui para nos vaiar, que também é um ato democrático de se manifestar.

Então, as leis são justas ou injustas. E são as leis. Morais e imorais. Leis que contrariam a vontade soberana de um povo, como estamos vendo lá no Iraque, que milhares e milhares de soldados chegam e estão impondo sua lei. E o povo se levanta contra a opressão. E aquele insurgente que se levanta contra a opressão é morto, na defesa de sua pátria, dos seus valores, da sua crença, da sua liberdade.

E aí o “mocinho do faroeste” americano, recruta seus presos lá no Afeganistão, no Iraque, aonde quer que seja, e os traz para a Base Naval de Guantâmano, na ilha de Cuba. E Guantâmano é uma base naval encravada em uma extremidade da ilha cubana. E lá, há o presídio americano. O Koffy Anan, Secretário Geral das Nações Unidas não se levanta contra o Presidente dos Estados Unidos. Por quê? Porque é evidente que o Presidente dos Estados Unidos, que mantém a maior verba nas Organizações das Nações Unidas, cala a voz do Secretário Geral e dos organismos internacionais ligados à ONU, com relação aos maus tratos, a um isolamento de masmorra, como se nós estivéssemos vivendo na época das galés, ou pior do que isto, porque quando você condena alguém a morrer, o condenado já sabe que o seu destino é a morte. Em Guantâmano nem esse destino é dado àquele que lá estão condenados, entre aspas, por um Governo fascista que vai buscar em qualquer lugar do mundo qualquer cidadão, prende, isola, de maneira ilegal. E a carta dos direitos humanos serve para quê? E as Nações Unidas servem para quê? E o Vaticano serve para quê, que até agora não se pronunciou? Aonde está a Santa Igreja, a santa amada

Igreja Católica? Na Santa Sé? O silêncio é o pior dos consentimentos. Então, em todos os lugares há certamente uma voz como a do Jocelito para explicar alguma coisa, e outra para se contrapor. E nas questões maiores o que nós vemos? Isolamentos de Nações, de Continentes como a África que é dada a morrer de Aids sem o apoio da maior Nação do Mundo, que ao invés de estar fazendo a guerra poderia estar apoiando com sentimento humanitário o povo sofrido da África. Mas não, eles querem é o petróleo, querem buscar a sua salvação energética às custas do Bin Laden, ou do Al-Zarqawi. E não interessa quantas cadeias e quantos presídios terão que fabricar para realizar o seu sonho...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O seu tempo já se esgotou Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

Eu fico muito agradecido do alerta, já ia começar outro tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pela Ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Apenas para fazer um comunicado à Casa, dizendo que hoje às 17h00 está marcado uma Sessão Solene para entrega da outorga de título de Cidadão Honorário do Paraná ao nosso Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Moacir Vitti. Queria apenas aproveitar essa questão de ordem que V. Exa. me concede para estender o convite a todos os Parlamentares e também aos que me ouvem neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PPS. PDT.

Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com a aquiescência do nosso Líder, Deputado Luiz Carlos Martins, estamos usando o horário da Liderança do PDT. E eu quero trazer ao conhecimento desta Casa um requerimento que estamos protocolando na tarde de hoje, solicitando informações à Secretaria da Segurança a respeito de uma reportagem publicada no final de semana pelo Jornal de Londrina, denunciando que Londrina tem menos de cem policiais militares por turno. São dados até de um policial militar que pediu sigilo em função das represálias que ele poderia eventualmente sofrer. E segundo os dados da própria Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Senasp, o Paraná, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para se ter uma idéia

da realidade, não são dados colhidos a esmo, nem são dados do próprio policial militar que se limitou a tratar do assunto Londrina, do 5º Batalhão da Polícia Militar. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Estado do Paraná é o segundo dentre todos os da Federação na pior média de policiais por habitantes.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Dentro do que V. Exa. está dizendo, tenho andado por todo o Paraná, mas principalmente no município de Curitiba, região metropolitana, e vejo muitos cartazes que dizem assim: “O Paraná não tinha isso e agora tem.” Gostaria de sugerir que fosse adotado o slogan: “O Paraná não tinha medo e agora tem”. Li na Gazeta do Povo, e a pessoa dizia exatamente isso, da insegurança do paranaense, sendo assaltado a todo o momento, sendo violentado nos seus direitos. Então o Governo poderia adotar esses slogan: “O Paraná não tinha medo e agora tem.”

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Marcos Isfer. E sugiro que possamos fazer um comunicado ao Conar por propaganda enganosa do Governo do Estado.

Vejam só, perdemos até para o Maranhão, que tem uma média de um policial para cada 822 habitantes! O Paraná tem um policial militar para uma média de 729 habitantes. A cidade de Londrina, a cidade mais importante do interior do Paraná, no 5º Batalhão que engloba Londrina, Cambé, Ibiporã e Tamarana, perfazendo um total de 642 mil habitantes, tem um policial para cada 820 habitantes. É uma barbaridade! É horrível chegar a esta constatação! Se englobarmos todas essas cidades baixa essa média para um policial para cada 783 habitantes.

É duro constatar que em 1998 esse mesmo 5º Batalhão tinha 1100 policiais. Em 1985 tinha 840 policiais militares, vinte a mais do que hoje.

É um dado estarrecedor. Estamos trazendo esse requerimento. Aguardamos a chegada do Secretário da Segurança Pública, que, segundo as informações que recebemos estaria na Alemanha, para que ele possa responder as indagações que são extremamente graves. Talvez ele esteja em missão oficial protegendo a seleção brasileira. Mas, é uma informação que estamos pedindo, com todo respeito, sem nenhum trocadilho, porque as pessoas estão morrendo. Em Londrina já são 56 pessoas assassinadas este ano. É um dado grave!

Desses 820 policiais militares que estariam à disposição dessas quatro cidades da região metropolitana de Londrina, 10% deles fazem serviços administrativos. Outros 82 ficam em férias. Outros 105 com licença-médica ou cursos, desfalcando totalmente a nossa população. Fora aqueles que prestam serviços no fórum, na penitenciária, outros nos distritos policiais, sem contar as outras três cidades.

Na realidade sobra para a segurança de Londrina e para os distritos, trezentos policiais militares. Se fizer uma conta, já que a carga horária é de 12 horas por 36, teremos menos de cem policiais militares por turno para proteger a cidade mais populosa do interior do Estado do Paraná, que tem quinhentos mil habitantes.

Esse Governo precisa mostrar a verdade. Não é verdade, por exemplo, que o Governo gasta 25% como exige a Constituição em educação.

O Governo não gasta os 12% constitucionais com a saúde; nós já temos os piores índices na área de repetência e de evasão escolar do Sul do Estado; a média salarial dos professores paranaenses é comparável à do Nordeste e, agora, mais um paralelo traçado entre os nossos irmãos nordestinos e a triste constatação; somos o pior em termos de número de proporção de policial militar por habitantes do que todos os estados da Federação, com exceção do Estado do Maranhão. É, realmente, muito triste fazer essa constatação, vai contra toda propaganda oficial que o Governo do Estado alardeia diariamente, de minuto a minuto praticamente, seja no rádio ou na televisão.

O jornal Gazeta do Povo, dessa última edição de domingo, mostrou que um bilhão de reais, decantados em prosa e verso pelo Governo do Estado, não atingem cem milhões de reais. Pasmem, senhoras e senhores, aquilo que o Governo anuncia não chega a 10% do investimento real. Não os repasses, não a previdência e outros repasses até do Governo Federal, mas o investimento verdadeiro. Investimento significa, sem dúvida nenhuma, trazer novos recursos e investi-los e isso, infelizmente, não vem acontecendo. Não é este Deputado que chega a esta constatação, estamos embasados por levantamentos feitos junto à Secretaria da Fazenda e às demais Secretarias do Governo do Estado.

Realmente, agora com este nosso requerimento, vamos aguardar o pronunciamento da Secretaria da Segurança Pública para saber se isso é verdade.

O Comando do 5º Batalhão critica esse tipo de divulgação porque diz que alardeia os bandidos que acabam “deitando e rolando” aproveitando-se dessa situação do baixo efetivo, mas o próprio Secretário da Segurança Pública diz que não é o número de policiais que melhora a segurança. Na verdade, não sabemos o que melhora a segurança, pois se os computadores que ele colocou, os chamados boletins unificados (os BO's unificados) também não funcionaram até agora; se a tecnologia não funciona; se os homens da Polícia Militar também não significam melhora; nós não sabemos, então, o que seria, realmente, os investimentos reais da nossa cidade; não saberíamos, também, o que significa segurança para o Secretário.

Também quero saber se o Secretário está ou não na Alemanha. Não tenho nada a ver com a vida pessoal; não tenho nada em relação ao comportamento do Secretário fora do ambiente de trabalho, mas não seria esse o melhor momento para o Secretário da Segurança Pública

do Paraná estar viajando para a Alemanha, acompanhando a seleção brasileira, tendo em vista que um dos líderes do PCC foi preso em Pinhais; que um arsenal foi desbaratado no município de Cambé servindo aos narcotraficantes internacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(**Declina**)

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado André Vargas.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Essa questão que o Deputado Barbosa Neto levanta também é polêmica, acho que a Gazeta do Povo estampa muito bem. Acredito que está havendo uma confusão entre o que é investimento, o que é salário e o que é custeio. De fato, eu até brincava, talvez não seja brincadeira, talvez seja sério, tem que fazer uma CPI para saber quanto que de fato investiram.

Outro dia falei para o Prefeito Nédson que não estou vendo esse um milhão que ele diz ter investido em Londrina (agora, ele já falou que investiu um bilhão e duzentos). Investimentos - estamos falando disso. Não estamos falando de custeio.

Salário de professores da universidade, não pode ser considerando investimento, porque senão o Governo Federal teria que listar os servidores federais e falar que estão investindo.

Brinquei com o Prefeito, Deputado Barbosa Neto, que precisamos fazer uma CPI combinada, uma lá e uma aqui. Das duas uma, falou que investiu, alguma coisa está havendo.

Essas coisas das propagandas pré-eleitorais do Governo, é a população que vai julgar de fato, vai observar se foi feito ou não e se o recurso era federal ou estadual. Vejo por aí programas habitacionais sendo lançados, Deputado Ratinho Júnior, fazendo festa com recursos com origem absolutamente federais. Tem um ex-presidente de uma companhia de habitação, que anda em todo o Estado, lança um programa, força os prefeitos, às vezes, a apoiarem esse ou aquele - acho que os prefeitos não aceitam esse tipo de jogo - e não cita que o governo é federal.

Mas, graças a Deus, nós, aqui no Paraná, já mudamos essa pauta, desde que lançamos uma cartilha, mostrando quais eram os investimentos federais que eram feitos aqui.

Então, não é de A a Z, de A a X, tem investimentos federais em habitação, investimentos sociais. Só os pro-

gramas sociais, inclusive aqueles que combatem o trabalho infantil, só no Paraná são 680 mil famílias atendidas e isso, de fato, tem que ser divulgado.

Acho que o debate eleitoral que vai acontecer na televisão, vai acabar esclarecendo e deixando isso muito claro.

Faço o uso da palavra neste dia, também para fazer um protesto, em especial, convidando os Deputados do meu Partido para fazermos uma reflexão sobre algo que no meu entendimento é um absurdo, que é a perseguição que estão sofrendo dirigentes sindicais, que não dizem amém ao Governo. Aliás, têm políticos, Deputados, que também pagam esse preços, que são atacados, mas isso a política resolve.

Mas há sete servidores do Estado, dirigentes da APP - Sindicato, porque representam a sua categoria, porque têm posição, estão sendo ameaçados de demissão. Cena que não vimos no Governo Jaime Lerner, que não vimos no Governo Álvaro Dias, aquele que todo dia 30 de agosto tem manifestação dos professores e quando é época de eleição, Deputado Rossoni, as imagens dos programas de televisão de todos os adversários do Sr. Álvaro Dias estampam o ocorrido dos cavalos. Mas, nem ele teve coragem de perseguir sindicalistas, retirar a liberação sindical e ameaçá-los de demissão, por abandono do trabalho.

Aquela pessoas que estão aqui e que sempre vêm nos trazer informações, e que na época, no começo do Governo, eram tratadas como aliadas e que no momento em que discordaram ou que não concordaram com o método de relacionamento do Governador ou do seu querido irmão, do grande ou do pequeno irmão, agora, ficaram aí, estão sofrendo esse tipo de ameaça. Isso tem nome e foi na época da ditadura, do fascismo. Não é razoável! Tomara que não haja consecução de tal perseguição.

Por isso, acho que a liderança da minoria e da maioria, aqui, desta Casa, juntamente com o Presidente Hermas Brandão e todos nós, devemos nos posicionar e sentar para resolver isso.

Não é possível que o fato de um Governador resolver atacar a liberdade sindical sirva de argumento mesmo para quem apóia o Governo, porque hoje apóia e amanhã pode ser minoria - hoje é maioria e amanhã é minoria e vão receber a mesma paga. Então, tem princípios que não podemos abandonar, que são os princípios da livre negociação, da valorização dos sindicatos, sejam eles patronais, sejam eles de trabalhadores.

Portanto, no meu entendimento, o que está em jogo não é a liberação deste ou daquele sindicalista, o que está em jogo não é a condição deste ou daquele Sindicato, Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão, falo sobre as questões que tratávamos agora, sobre os sete servidores que estão para ser demitidos, perder a carreira por conta de uma divergência que reputo, Deputado Dobrandino, pontual lá na Secretaria da Educação. Não é possível que a resistência ou a birra de um Secretário de Estado - uma

condição muito especial - sirva de álibi para a perpetração de um crime contra a democracia, porque não é um crime contra essas pessoas, mas é crime contra a liberdade sindical, é um crime, na minha opinião, que hoje perpetrado pela maioria, pode justificar outros atos contra aqueles que, eventualmente, não permanecerão nessa maioria para sempre, porque todo mundo sabe que as coisas não são para sempre.

Por isso, Presidente Hermas Brandão, sobre essa questão, acredito que merecia uma conversa entre os Líderes, e nós do Partido dos Trabalhadores, vamos fazer uma discussão sobre isso. E acredito, Deputado Dobrandino e Deputado Rossoni, que como Líderes e responsáveis que são, pelas Lideranças do Governo e da Oposição, da maioria de hoje, que pode não ser a maioria de amanhã e da minoria de hoje que pode, uma hora, transformar-se em maioria - tomara que não seja antes da eleição, tomara que não aconteça nas convenções essa junção absoluta. Tomara, para que possamos ter um bom debate, com o PT candidato, o PSDB, o PDT, o PPS e o Governador! Seria uma oportunidade, portanto, de exercitarmos, Presidente Hermas Brandão, um momento em que o Poder Legislativo chama à responsabilidade e não permita, como jamais permitiu, mesmo em outros tempos, que se perpetrasse uma violência contra a democracia.

Quanto às eleições, ora as eleições! Perguntaram-me agora sobre as coligações - mudo de assunto, portanto, fechando aquele assunto para que não se confunda - perguntaram-me sobre os namoros, sobre as alianças, eu falei: olha, o Tribunal liberou as alianças para aqueles que não tenham candidato a Presidente da República. Que façam as alianças! Mas, como dizíamos, há um ditado que diz em eleição, você só não vê boi voar. Tem boi voando, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra a Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Tenho algumas questões, que talvez possam ser chamadas de dificuldades para alguns. Mas, vejam, enquanto eu acreditar no Governo que apóio, com convicções pessoais ou ideológicas, manter-me-ei na Base de Sustentação de Apoio ao Governo. Na hora em que não acreditar mais, por alguma razão, tenho a obrigação política e moral de sair da base, de ser independente nesta Casa.

Portanto, ouço alguns discursos e já disse que acaba parecendo que nesta Casa, durante esses três anos, a Elza Correia ficou mais como paladina de defesa do

Governo o tempo todo, do que a maioria dos companheiros da Base, o que também não é legal - salvo o nosso companheiro Líder do Governo, que faz isso permanentemente, mas a Base como um todo, não faz.

Não vou entrar em detalhes, mas quando o companheiro André Vargas questiona o investimento de um bilhão e trezentos mil reais que o Governador Roberto Requião disse que fez em Londrina, ele diz que fez e dá os números. Até que me provem contrário, tenho que acreditar nos números e na fala do Governador, até porque em muitos momentos em que o Governador Roberto Requião falou desses investimentos, citou esses valores, citou em palanque, com a presença do nosso Prefeito Nédson Michelleti, que eu não vi e nem ouvi, em nenhum momento, discordar desses valores. Então, é preciso que o Prefeito Nédson Michelleti, que é responsável pelas finanças de Londrina, questione esses números. Aí a história vai ser diferente! Mas, o Governador, sistematicamente, inclusive na última estada em Londrina, quando fez vários depoimentos em rádios locais, reafirmou esses números, deixou com os radialistas e com as emissoras os valores no papel e não foi criticado por esses valores - tem sido aqui nesta Casa, pelo companheiro André, mas na cidade de Londrina não foi, pelo Prefeito. Então, é bom deixar consignado isso aqui! E acredito também no Prefeito Nédson e tenho por ele um grande respeito e uma grande consideração, tenho o ajudado muito junto ao Governador, com as demandas da minha cidade.

Outra questão, da reunião que fizemos em Londrina com a segurança, quando estava toda a cúpula da segurança, com Procuradores, Promotores, Polícia Civil, Polícia Criminalística, Militar, enfim, Prefeitos da região metropolitana, eu imagina que naquele momento, se houvesse algum desacordo ou desentendimento em relação aos números, fosse colocado naquela reunião. O Governador foi lá para ouvir dos Prefeitos, da cúpula da política, do 5º Batalhão da Polícia Militar da Polícia Civil, da Polícia Criminalística, dos Promotores, enfim de todos, as situações de Londrina e em nenhum momento foi colocado que a situação gravíssima que vivemos hoje em Londrina - e vivemos mesmo - seja única e exclusivamente em função do número de PM's que tem o 5º Batalhão de Polícia Militar. Eu até imaginava que naquela reunião fosse ouvir isso e não ouvi. Então, entendi que eu estava errada. À medida que a cúpula da Polícia e os Prefeitos concordam que o que precisa não é aumentar o número de policiais, mas investir na inteligência policial, em equipamentos, em metodologia, em polícia científica, que isso, sim, é que vai dar resultado, acabei concordando. Por quê?

Saiu uma listagem na Folha de Londrina, no jornal de Londrina, que o percentual de policiais, proporcionalmente, é bem menor que do Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, com um número maior para atender um número proporcionalmente populacional bem maior em

São Paulo, o desastre também está estabelecido. Então, pus-me a refletir sobre esse assunto, se realmente é só aumentando o número de policiais que vai resolver ou são investimentos adequados e uma revisão do ponto de vista do trabalho dos policiais, através do geoprocessamento, através da Polícia Científica, que talvez possa mudar a situação. É uma indagação, eu não tenho nada fechado em relação a essa questão. Coloco isso, de uma vez por todas, para pararmos de achar pessoas responsáveis por crises nacionais.

Muitas questões, Stica, do desastre nacional, político-econômico e social, não podem ser delegadas como responsável o Presidente da República, porque isso é uma bola de neve que vem desde o Império. Da mesma maneira, o Governador Requião, nesse quatro anos, ou mesmo o Governador anterior. Então, são questões que temos que ter maturidade e refletirmos, porque senão fica muito fácil e simplista a crítica mal fundamentada e o discurso solto, sem números, sem dados, sem termos comparativos. Tenho ouvido sistematicamente na Casa, a mesma crítica, mas não me trazem subsídios, o contraponto, números que me façam compreender que as críticas sejam verdadeiras.

Em relação à questão que o companheiro Jocelito Canto coloca, não vou me aprofundar também, acho que já falei o que tinha que ser falado lá em Explicações Pessoais, na última Sessão, mas acho preocupante porque vivemos uma crise de moralidade como nunca no Brasil. Uma crise de ausência absoluta de ética e de comportamento reto em vários setores, não só na política, mas não podemos generalizar. Não podemos, companheiro Dobrandino, dizer que todos os políticos são corruptos, são imorais, compactuam com a impunidade e com a imoralidade, porque senão estaremos nos incluindo nessa situação.

Então, em momentos de crise temos que tomar mais cuidado ainda com o que falamos e com o que fazemos. Não jogar gasolina em uma fogueira bastante alta, que é a fogueira da imoralidade e da ausência de ética no nosso país.

Eu ouvi aqui e não concordo com o companheiro Jocelito Canto que tentou explicar “chuchu com borboleta”, mas não conseguiu. Em nenhum momento falei em Comissão de Ética, o senhor tem as notas taquigráficas aí na sua mão, mas eu disse que era falta de decoro Parlamentar dizer que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná votava projetos imorais. E uma afirmação dessa natureza, temos que dar nomes aos bois. Isso eu reafirmo que disse. No dicionário está muito claro: injusto...

Eu posso usar o tempo do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Quero só fazer um apelo a V. Exa, nobre Deputada: tempo uma Sessão Solene em homenagem ao nosso Arcebispo Dom Moacir Vitti, às 17 horas.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu serei rápida. Não vou usar todo o tempo, mas preciso deixar isso claro.

“Injusto é ato de iniquidade, ato contrário à justiça, infundado, indesculpável, é diferente de ato imoral que é contrário à moral, é desonesto, impudico, descabido e libertino”. São duas coisas diferentes. Então, não quero que seja imputada a mim ignorância em relação às questões que coloco. Quando nós, nesta Casa, generalizamos, estamos jogando um pouquinho de gasolina também na fogueira da imoralidade, onde todos os políticos, todos, estão sendo jogados, no país, às vezes injustamente, porque nessa plantação de joio tem trigo, tem gente séria, tem gente boa, aqui mesmo nesta Casa há gente comprometida. E acho que as questões que são jogadas contra a Assembleia Legislativa ferem a nós todos, ferem inclusive individualmente os Deputados. Não pedi aparte, não queria polemizar essa questão. Só queria deixar claro o porquê que fiz aquela fala, companheiro Jocelito.

Portanto, não posso concordar que imoral é aquilo que o povo não aceita. E que seja colocado mais de uma vez, aqui, que imoral são aqueles que não votaram na segunda vez no projeto, no texto do Deputado Tadeu Veneri. Também não levo para casa essa pecha, com todo carinho que tenho pelo Deputado Jocelito Canto.

Não votei no texto do companheiro Tadeu Veneri porque havia na Casa um texto melhor, que infelizmente foi retirado pelo Governador Requião, que me senti, confesso, traída. Porque teria votado no projeto, no texto do Deputado Tadeu Veneri, mesmo não sendo o melhor, se tivesse certeza que o Governador retiraria o seu projeto, isso já disse na imprensa, por isso que falo aqui com muita tranquilidade.

Portanto, aquela atitude minha, do Stica e de vários outros companheiros não foi imoral. Foi uma atitude democrática e como V. Exa. fez todo um arrazoado de democracia, que podemos ou não concordar com esta ou aquela situação em alguns momentos. É preciso essas questões ficarem claras, espero não ter que votar mais sobre esse assunto.

Vou atender ao companheiro Presidente da Mesa e encerrar a discussão por causa da Sessão Solene, mas, acho que é preciso que as coisas fiquem esclarecidas. E se não terminarmos hoje essa discussão vamos votar nela, mas não quero imbroglio, que às vezes acontece, na tentativa de explicar coisas inexplicáveis, porque é muito chato, é muito desagradável ouvirmos certas coisas que se ouve aqui e se fingir de morto, fingir que não ouviu só para não contestar o companheiro. Contestando educadamente, respeitosamente pode-se fazer com tranquilidade.

Portanto, Jocelito, da minha parte em relação a V. Exa. está esclarecido, embora não concorde com a forma como V. Exa. colocou.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só queria dizer que em momento nenhum eu quis dizer que V. Exa. votou algum projeto imoral. Volto a dizer: jamais teria coragem de acusá-la ou a qualquer outro Deputado, de votar algum projeto imoral. O que eu disse, e volto a dizer, é que às vezes votamos algumas leis que são boas diante do Governo e que são mal interpretadas pela população, que entende como leis injustas. Quero deixar bem claro nesta Casa que jamais atacaria a figura de V. Exa. ou de qualquer outro Deputado. Só isso.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Quero dizer para encerrar, que jamais esta Deputada, nem a pedido do Governador votará aquilo que a sua consciência não considerar importante para a população do Paraná. Não estou aqui a serviço do Governador, estou a serviço do povo do Paraná. Felizmente sou da Situação, com muito prazer, porque até o presente momento tenho concordado com as ações e com o projeto do Governador Roberto Requião. A hora que isso não acontecer mais e se eventualmente acontecer, o que não acredito, esta Deputada mudará de postura.

O Sr. André Vargas (PT) (Aparte)

Sobre essa questão dos investimentos o raciocínio que faço, que o Nédson nunca foi perguntado se foi investido 1 bilhão e 200 milhões lá em Londrina. E não vai discordar do Governador lá no meio de uma audiência onde os discursos vão sendo feitos. A questão é o que é investimento e o que é custeio? É só isso. Acho que o Governador confunde essas duas coisas, salários, também, são três coisas diferentes. Isso é uma polêmica, aquilo que falei, na eleição vai se resolver, um bilhão e duzentos milhões de investimentos é bastante coisa, daria para ver "a Carlos Estrada" é uma obra muito importante, são doze milhões. Aí tem a construção de 68 casas do caseiro, depois tem o dinheiro federal da Sanepar, recursos federais, cento e poucos milhões. É um esforço para chegar a um bilhão. Um bilhão e duzentos milhões.

Então, acho que esse quadro, como fizemos com o Governo Lula, explicitamente quando investimos em cada uma das áreas. Acho que é bom trazer o quadro aqui na Assembleia, talvez isso resolveria. Agora salário da universidade não é razoável.

Voltando essa questão do nepotismo. Eu vejo muita gente vir aqui e dizer: queria votar no projeto do Governador.

No dia que esse projeto foi votado eu dei uma entrevista, fui alertado que tinha uma manobra, mas alguns não quiseram acreditar, porque era cômodo. Eu até acredito que tenha Deputado de boa fé, que não tenha votado o projeto. Eu coloco V. Exa. entre esses Deputados de boa fé. Foram ludibriados e enganados pelo Governador. Ele retirou o projeto no dia em que Romeu Barcellar deu um parecer favorável à votação do seu projeto.

Portanto, com tranquilidade, deu essa entrevista ao lado de V. Exa. V. Exa. não concordou, quando eu disse

que quem queria votar contra o nepotismo eram vinte e nove Deputados. Votaram. Quem não queria legitimidade não votou. Logo depois, vim aqui e disse o seguinte: há uma manobra. Depois de votado. Há uma manobra, o Governo vai retirar o projeto, o Governo tem uma saída para essa questão do nepotismo.

Lamentavelmente está gravado, não inclui os Deputados incautos. Eu acho que foi isso que aconteceu. V. Exa. mesmo disse, foi traída pelo Governador.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu me senti traída pela retirada do projeto. Isso eu falei na imprensa e é verdade. Eu não sou obrigada a concordar que fui incauta, que fui laranja, que fui usada, que eu sabia, de boa fé. A essa altura do campeonato eu sei o que sou. Não Inês é morta. Eu sei o que sou e não admito que as pessoas fiquem colocando esses ou aqueles adjetivos em relação a esta Deputada, até em uma situação de idiota, que sabia o que ia acontecer e embarcou.

Acho que aqueles que não conseguem se edificar, vingam-se tentando demolir ou outros. Eu vejo isso aqui diuturnamente por parte especialmente de um ou dois Deputados. Isso não é positivo, não ajuda, não colabora. Nós tínhamos e teremos a oportunidade de voltar a discutir e votar na questão do nepotismo na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque a minha posição é clara.

Se eu concordasse com o nepotismo não acharia que essa é uma discussão que temos que aprofundar. Eu tenho um filho jornalista, um ótimo jornalista, que está em Palmas, em Tocantins, porque a minha visão é diferenciada de outros companheiros. Eu não quero dar o meu exemplo criticando os outros companheiros. Por quê? Existem pessoas que têm um visão, um entendimento absolutamente diferente do meu. Eu tenho que respeitar com relação a essa discussão. Só não posso aceitar, insistentes e persistentes colocações nesta Casa, de que esta Deputada é serva, cega e muda, em relação às questões do Executivo, porque isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Horário da Liderança do PSDB, Deputado Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No dia de ontem estivemos em Belo Horizonte lançando a candidatura do PSDB à Presidência da República. Lançamos ontem a candidatura do ex-Governador Geraldo Alkmin a Presidente da República. Eu, como Presidente do PSDB, quero dizer aos paranaenses, aos colegas Deputados, que tenho uma grande esperança, companheiro Nishimori, aos companheiros do PPS, que apóiam o PSDB, dizer que tenho uma grande esperança,

não de um programa de governo - estou cansado de ouvir falar em programa de governo e não acontecer, tenho uma grande esperança que o povo brasileiro eleja um Presidente da República que possa servir de exemplo, de exemplo ético para a sociedade brasileira.

Tenho esperança de eleger um Presidente da República que possa mostrar à minha família, ao meu neto, aos meus filhos e dizer-lhes que este é um exemplo de cidadão brasileiro.

Esta é a grande esperança do povo brasileiro. Esta é a minha esperança.

As pesquisas atuais não favorecem o candidato a Presidente da República do PSDB, mas não tenho dúvidas, essa eleição quem vai eleger o Presidente da República é a população, é o trabalhador, é o empresário, o pequeno empresário, o agricultor, porque sabe que o Brasil não agüenta mais quatro anos do segundo Governo do Presidente Lula. Quem vai governar este país, se as melhores pessoas escolhidas pelo Presidente hoje estão fora do Governo por corrupção?

Imaginem no segundo Governo quem serão os Deputados que vão apoiá-lo. É incrível a relação da lista do mensalão, dos sanguessugas, não muda muito não! Fica sempre quase que no mesmo. O próximo Governo será isso. Talvez nem seja o Presidente da República o nosso candidato Geraldo Alkmin, mas espero que todos os partidos políticos lancem candidato à Presidência da República, para que os candidatos debatam este país e que nós, através da opinião do povo brasileiro, possamos escolher o melhor Presidente da República. Não tenho dúvidas de que isso vai acontecer. E por essa razão, estamos entrando nessa luta na eleição de Presidente, com Geraldo Alkmin, que sem nenhuma dúvida, foi um dos melhores governadores que São Paulo teve. Ninguém, neste país, saiu do Governo com a aprovação que saiu Geraldo Alkmin. Um homem que chegava entre bom e ótimo em mais de 70%, enquanto os governantes atuais, o próprio Governador do Paraná chegava entre bom e ótimo em torno de 52%.

Esta é a diferença. Outra questão, quem estiver procurando um “salvador da pátria” ou um grande orador para as massas, não encontrará no nosso candidato. Mas, quem estiver procurando um bom gestor da coisa pública, quem estiver procurando um homem ético e que serve de exemplo para nossas famílias, vai nos acompanhar na luta que vamos travar a partir de agora.

Vamos respeitar os adversários, mas vamos, sim, levar nossa mensagem aos quatro cantos deste país e temos certeza absoluta de que a partir de hoje, lançada a candidatura de Geraldo Alkmin a Presidente da República, aqui no Paraná já se somam quase todos os partidos políticos junto com ele.

Eu não tenho dúvidas que isto vai acontecer, a nível de Brasil. Começa no Rio Grande do Sul. Vem de Santa Catarina, Aqui no Paraná é o maior exemplo: quantos partidos que na eleição anterior apoiaram o atual Presidente e que hoje o abandonaram? O maior exemplo está

no PPS, que esteve junto com Lula e se arrependeu. E sabem, com responsabilidade, de que não há como governar este país do jeito que está sendo governado. O governo, na verdade, vai acabar. Sabe quanto? Dia 30 de junho, a hora em que desligarmos a televisão, porque é um massacre o que estão fazendo com a televisão brasileira. Gastando dinheiro público sem ter vergonha do que estão gastando. Você abre uma revista semanal, como a Veja, IstoÉ, Época, Carta Capital, praticamente você não consegue dobrar a revista, porque no meio tem um encarte da Petrobras, como se nós - brasileiros - fôssemos ler aquele encarte para comprar a gasolina do dia-a-dia.

Uma outra questão: vejo as empresas públicas gastando fortunas fazendo comercial de energia elétrica, quando todos sabemos que a energia elétrica que chega na nossa casa não tem necessidade de propaganda, porque não muda a origem, não muda nosso pagamento. É dinheiro público que está sendo jogado fora.

Vocês assistem por exemplo, os jornais das televisões, às sete, às sete e meia, às oito horas e prestem atenção, se houver cinco inserções, quatro são do governo. Quatro são do governo! Sabem por quê? Parece que se perdeu a vergonha de gastar o dinheiro dos brasileiros!

Eu pergunto aos partidos políticos: será que não temos que nos levantar contra isso? Será que o povo, na sua maioria, está errado em pensar dos políticos o que pensa? O povo não erra! O povo está correto. O povo pensa de nós o que somos e o que fazemos. Por esta razão, não tenho dúvidas, o Brasil começa a grande transformação. Não vou dizer em mudança, porque isso foi falado muito no passado, em mudança. E não mudou nada. Piorou.

Eu acredito muito: a eleição passada pela Presidente da República, nós nos acovardamos. Ninguém pedia voto para Presidente da República, porque estava beatificado o atual Presidente. Ele era um homem acima do bem e do mal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Consulta V. Exa. se fará uso no horário da Liderança da Oposição. Terá mais dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

O horário da Liderança da Oposição está antes ou depois da Liderança do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Depois. O horário da Liderança do Governo foi utilizado pela Deputada Elza Correia.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI

Muito obrigado.

Eu dizia que acredito muito, tenho uma grande esperança de que como acovardamos na eleição anterior,

nesta eleição os brasileiros vão fazer a diferença, não interessa se o candidato a Presidente da República, ou o candidato a Governador, estiver com 60, 70%, hoje não importa, o que interessa para nós é o movimento da sociedade, e cada um vai fazer a sua parte dentro do que ele significa para a sociedade; o Deputado com a sua liderança, o presidente da sua associação de bairros, enfim, a sociedade organizada vai dar um sinal aos brasileiros de que eles não aceitam mais essa situação, E nós, políticos, temos que ter coerência.

Eu não tenho muita preocupação Deputado André, sabe o respeito que V. Exa. goza da minha pessoa e que dedico a V. Exa. Presidente do PT. Sentei e assisti daquela cadeira quando V. Exa. disse que em política a gente só não vê boi voar, e dizendo de que já tem boi voando. Eu quero dizer a V. Exa. que concordo, com gênero, número e grau. Assusto-me com a conjuntura política, com os acordos políticos, apavoro-me em ter que viver situações que jamais sonhei em ter que viver, mas sou Presidente de um Partido, V. Exa. também é. Mas, quero fazer uma proposta a V. Exa, ao invés de nos preocuparmos com os erros do Governo, vamos levar esta Casa a um debate sadio, aonde possamos debater o que interessa ao Paraná junto ao Governo Federal, e vamos cobrar do futuro Governador. Se depender de mim, Deputado André Vargas, não será o Governador Requião, eu estou lutando para ter um candidato de Oposição no Paraná, e se nós tivermos aqui neste Estado um Governador que ouça a sociedade paranaense, temos muito a contribuir com esta Nação. Porque não é possível o Paraná estar nessa situação, completamente abandonado, Deputado André.

Eu não tenho dúvida de que se nós formos somar o custo da mídia no Paraná e somar o custo das placas que estão nas rodovias deste Estado é quase maior do que os investimentos que estão sendo feitos. E nós aqui, a Casa do povo, a Casa do legislador, a Casa dos grandes debates, calados, calados, preocupados se a coligação na proporcional ou na majoritária será bom para nós. Temos que perguntar a nós mesmos: esta coligação na majoritária é bom para o povo? Porque senão estamos distorcendo a nossa vida pública, estamos caminhando para o lado errado, e daqui a pouco, dia 1º de outubro a população poderá fazer uma cobrança muito cara a quem está na vida pública. Eu tenho muito medo, Deputado André, de não poder manter a minha coerência, mas eu quero lutar, vou lutar até a última hora para que eu permaneça nesse caminho..

Tenho certeza absoluta, minha consciência me diz. Quando olho no espelho da minha casa, quando abraço o meu neto, quando chego em casa, quando vejo minha família, penso comigo que fazendo oposição no Paraná estou contribuindo muito mais com a sociedade paranaense do que dizendo amém ao governante do Palácio Iguaçu, eu não tenho dúvida disso. Por esta razão, temos várias correntes, como o partido de V. Exa. Também vejo alguns defendendo com posições. Eu também defendo

candidatura própria do PSDB. Espero no dia 2 de julho poder vir a esta tribuna e anunciar, com a mesma euforia e desejo, como anunciei hoje o nosso candidato a Presidente da República.

Espero no dia 2 poder ter mantido a minha coerência, poder demonstrar ao povo paranaense que não sou melhor do que ninguém, mas procuro exercer a minha função de Parlamentar na sua plenitude.

Espero no dia 2 anunciar aos paranaenses um candidato de oposição, encaminhado pelo PSDB e vamos disputar o 1º turno. O 1º turno é o debate das idéias. E se não for para o 2º turno é outra situação, mas não podemos tolher a sociedade da oportunidade de ter opções para escolher o seu Presidente da República e o seu Governador.

Gostaria de fazer uma queixa: tivemos hoje duas homenagens, não que não sejam merecedoras, daqui a pouco não vamos mais poder falar.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Mesa Executiva constante do expediente, conforme Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designando o Deputado Marcos Isfer, para representar esta Casa de Leis junto à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro nos dias 19 e 20 de junho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1511, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, justificando ausência para o Deputado Reni Pereira, pois estará ausente nas sessões dos dias 12 e 13 do mês corrente, para participar de reunião com agricultores tratando assuntos referentes à crise na agricultura, na região Oeste do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/06, instituindo o Serviço Social Autônomo Paranaidade, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/06, objetivando instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECEER FAVORÁVEL DA CCJ ÀS EMENDAS 04, 05, 07 E 08. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do Valor Máximo Permissível (VMP) para Trialometanos (TAM) e Ácidos Haloacéticos (HAA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1502, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por (03) três Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por (03) três Sessões do Projeto de Lei nº 693/05.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 722/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a comercialização de garrações reutilizáveis e dá outras providên-

cias. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 722/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

As presentes emendas ao projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês visam complementar o projeto apresentado, incluindo a expressão “de água” em seus parágrafos 1º (incisos I e II), 2º e 3º, além de suprimir o parágrafo 4º do referido projeto por tornar-se o mesmo desnecessário.

Fundamentação

O projeto já foi analisado por esta Comissão, recebendo parecer favorável em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Essas novas emendas não afetam em nada a constitucionalidade do projeto, vindo apenas a especificar os garrações a serem regulamentados pelo projeto de lei, ao incluir a expressão “de água” no corpo do projeto, evitando os possíveis equívocos que o texto possa causar em relação ao objeto de incidência da futura lei.

A outra emenda apresentada vem suprimir o parágrafo 4º do referido projeto de lei, em virtude de o mesmo tornar-se desnecessário, pois o artigo anterior determina a proibição de inscrição da marca da empresa nos garrações que serão reutilizáveis, o artigo 4º torna-se contraditório, uma vez que, com o término da vida útil dos garrações, estes serão retirados do mercado, não havendo necessidade de expressa previsão legal obrigando a retirada dos mesmos antes da entrada em vigor da referida lei.

Conclusão

Dessa forma, opina-se pela aprovação da emenda que altera os artigos 1º, 2º e 3º, bem como a emenda que suprime o artigo 4º do projeto, em virtude de suas constitucionalidades e legalidades.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovadas, artigo por artigo.

Em votação a emenda nº 1. **Aprovada.**

Em votação a emenda nº 2. **Aprovada.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 780/05, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Luiz Lourenço. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 796/05, de autoria do Deputado Cesar Seleme, estabelecendo normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos LER, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre Campanhas Permanentes de Prevenção Controle e Combate ao Hipotireoidismo, em todo o Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda da CCJ. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

1ª Discussão (Votação em)

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declarando de Utilidade Pública a Casa de Acolhida Divina Providência, com sede e foro no município de Astorga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/05, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declarando de Utilidade Pública o Projeto de Dança Arte Geral, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Planaltina do Paraná, com sede no município de Planaltina do Paraná e foro na comarca de Santa Isabel do Ivaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade

Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Paula Freitas, com sede no município de Paula Freitas e foro no município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 12

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Casa de Apoio à Criança Pequenininhos de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 13

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declarando de Utilidade Pública o Instituto Bom Jesus, com sede e foro no município de Cianorte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 14

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/06, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, aprovando a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2005. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

ITEM 15

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/06, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de maio de 2006, Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao General de Divisão, Túlio Cherem. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 014/06, de 15.03.06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 098/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Honorário ao General de Divisão Túlio Cherem.

Fundamentação

Dispõe a Lei 13.115 de 14.02.01, a respeito do título de Cidadão Honorário:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 098/06.

Sala das Comissões, em 09.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Solicito ao Deputado Jocelito Canto a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jocelito Canto**)
(**Procede à chamada nominal**)

Trinta e cinco Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Convido os Deputados Antonio Anibelli e Barbosa Neto, para que procedam à contagem dos votos.

(**Procede-se à contagem dos votos**)

Por gentileza, Deputado Jocelito, o resultado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jocelito Canto**)
Sr. Presidente, 35 Deputados votaram.
Trinta e três: SIM.
Dois: NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está aprovado em 1ª Discussão.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/06, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 206/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispondo sobre a obrigatoriedade de Hospitais e Maternidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná exigirem a apresentação de certidão de

nascimento dos recém-nascidos quando da alta das gestantes e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (**Publ. no DA nº 068/06, de 07.06.06**).

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 1521, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por (03) três Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por (03) três Sessões da Proposição nº 044/06, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 206/05.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1492, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1493 a 1497, 1500 e 1531, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1501, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1503, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1504 e 1530, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1505, 1515 e 1586, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1507 e 1508, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1509 e 1510, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1512 a 1514, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1516, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1518, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1519 e 1520, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1524 a 1528, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1529, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1532, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, às 09h30, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 750/05.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 722/05 e 139/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 140, 263 e 302/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 165, 170, 259 e 285/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 015/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 042/06.

Levanta-se a Sessão.

